Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Agro-Bioenergia

Período de Análise: junho de 2010.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural
Agroanalysis

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL 4

Etanol 4

O voo de um novo Ometto – Isto é Rural – Junho de 2010 4

Açúcar Guarani volta às compras e movimenta o setor sucroenergético – Folha de São Paulo – Mercado – 01/06/2010 9

Produtor de álcool tem custo maior em maio – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Mercado – 01/06/2010 10

Açúcar Guarani compra Usina Mandú – Eduardo Magossi - Estado de São Paulo – Negócios – 01/06/2010 10

Europa deve investir mais em energia renovável – Gustavo Faleiros – Valor Econômico – Gestão Incerteza 3 parte – 07/06/2010 11

Produtor rural já vende energia elétrica – José Maschio – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010 12

Gasodutos terão concessionários definidos por meio de leilões – Folha de São Paulo – Mercado – 08/06/2010 14

Exportação de etanol vai despencar no ano – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010 14

Guarani muda estratégia de venda – Fabiana Batista - Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010 16

Exportação de etanol vai despencar no ano – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010 16

Etanol glorifica Lula, mas hesita na sucessão – Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Política – 09/06/2010 18

Guarani muda estratégia de venda - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010 19

Etanol, petróleo e matriz energética – Marcos Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/06/2010 20

Usineiros propõem alcoolduto de R$ 3 bilhões em SP – Folha de São Paulo – Mercado – 16/06/2010 21

Petrobras acelera avanço em biocombustíveis – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 18 de junho de 2010 22

Etanol une Petrobras e São Martinho – Mariana Sallowicz - Folha de São Paulo – Mercado – 22/06/2010 23

Nova parceria acelera avanço do etanol no Centro-Oeste – Valor Econômico – Agronegócios – 22 de junho de 2010 24

Canaviais preferem antigos pastos, aponta a Conab – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 30 de junho de 2010 26

Biodiesel 27

Demanda por biodiesel leva MT a exportar menos óleo de soja – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – 04/06/2010 27

Banco enxerga em algas uma alternativa de matéria-prima com grande potencial – Valor Econômico – Agronegócios – 21 de junho de 2010 27

POLÍTICA NACIONAL DE AGROBIOCOMBUSTÍVEIS 29

Etanol 29

Consumo de energia das famílias cresce mais que o previsto – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Mercado – 01/06/2010 29

Com Mandú, Guarani vai elevar produção de álcool – Valor Econômico – Agronegócios – 01/06/2010 29

Produtor rural já vende energia elétrica – José Maschio – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010 30
Vinhoto tem potencial para superar açúcar – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010 31
DO ENVIADO A SÃO MIGUEL DO IGUAÇU 31
Etanol glorifica Lula, mas hesita na sucessão – Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Brasil – 09/06/2010 32
Biodiesel 34
Biocombustíveis: novas oportunidades serão discutidas na Paraíba – MAPA – 04/06/2010 34
Demanda por biodiesel leva MT a exportar menos óleo de soja – Rodrigo Vargas - Folha de São Paulo – Mercado – 04/06/2010 34
No Congresso da Mamona, MDA mostra avanços da agricultura familiar na cadeia do biodiesel – MDA – 09/06/2010 35
Gargalos do biodiesel preocupam BNDES – Chico Santos – Valor Econômico – Agronegócios – 21 de junho de 2010 36
Texto do Planejamento questiona viabilidade do programa – Valor Econômico – Agronegócios – 21 de junho de 2010 38
RELAÇÕES INTERNACIONAIS 39
Etanol 39
Europa deve investir mais em energia renovável – Gustavo Faleiros – Valor Econômico – Gestão Incerteza 3 parte – 07/06/2010 39
Mudança de clima e energia nuclear – Samuel Pinheiro Guimarães – Valor Econômico – Opinião – 11/06/2010 40
Sanção dos EUA inclui etanol – Estado de São Paulo – Capa – 26/06/2010 42

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

O voo de um novo Ometto – Isto é Rural – Junho de 2010

Eram 8h da manhã quando o bimotor pilotado por Hermínio Ometto Neto tocou o solo da Fazenda São Francisco no início do mês passado, em Quirinópolis (GO). Próximo à pista de pouso, máquinas faziam a colheita da cana de uma forma quase compulsiva, enquanto o empresário observava todo o trabalho no trajeto rumo à sede da usina. A unidade é a maior de Goiás, um colosso capaz de moer cinco milhões de toneladas e está à frente de plantas de empresas como ETH, do grupo Odebrecht, e da própria Archer Daniels Midland (ADM) em parceria com o grupo Cabrera naquele Estado.

R$ 876 milhões é o investimento da Usina São Francisco em Quirinópolis (GO)
R$ 152 milhões é o desembolso na unidade de Cachoeira Dourada (GO)
R$ 4 milhões foram gastos na refinaria de açúcar no interior paulista

Oriundo de uma família cujas ligações são quase sanguíneas com o setor sucroenergético, o empresário carrega o nome do fundador da lendária Usina São João, que viveu seu auge a partir da década de 40 até os anos 90, quando ingressou numa profunda crise. **Ometto Neto é um primo distante do imperador do etanol, Rubens Ometto. Em comum, os dois nutrem uma paixão quase obsessiva pelo mundo do álcool e açúcar.** Rubens, o primo que ganhou o mundo, possui um estilo de gestão agressivo e para fazer sua empresa crescer chegou até a romper relações com parentes próximos. Conciliador, Hermínio mantém debaixo de suas asas duas irmãs e um primo.

E com esse jeitão quase paternal de administrar ele tem sido considerado um "sobrevivente" no setor, visto que conseguiu reerguer uma usina em situação quase falimentar e a alçou à condição de cobiçada noiva do setor sucroenergético. Hoje, ele se candidata a ingressar no hall dos cinco maiores usineiros do País. Desde que assumiu os negócios em 1994, aos 30 anos, ele não se associou a grupos estrangeiros, tampouco vendeu o patrimônio para pagar dívidas. Sua fórmula se baseou no que dizem os manuais mais básicos de administração: corte de custos, receita maior do que as despesas e um programa de investimentos sustentado por uma forte geração de caixa. Hoje, Ometto Neto caminha na contramão do mercado. Enquanto muitas empresas familiares do setor sofrem com dívidas pesadas e problemas de caixa, o empresário aguarda a conclusão de projetos.

PARA O ALTO E AVANTE

Investimentos no Grupo USJ entre 2006 e 2010

R$ 6 milhões na Usina São João

R$ 876 milhões na Usina São Francisco

R$ 152 milhões na Usina Cachoeira Dourada



Área agrícola
R$ 310 milhões

Área industrial
R$ 718 milhões

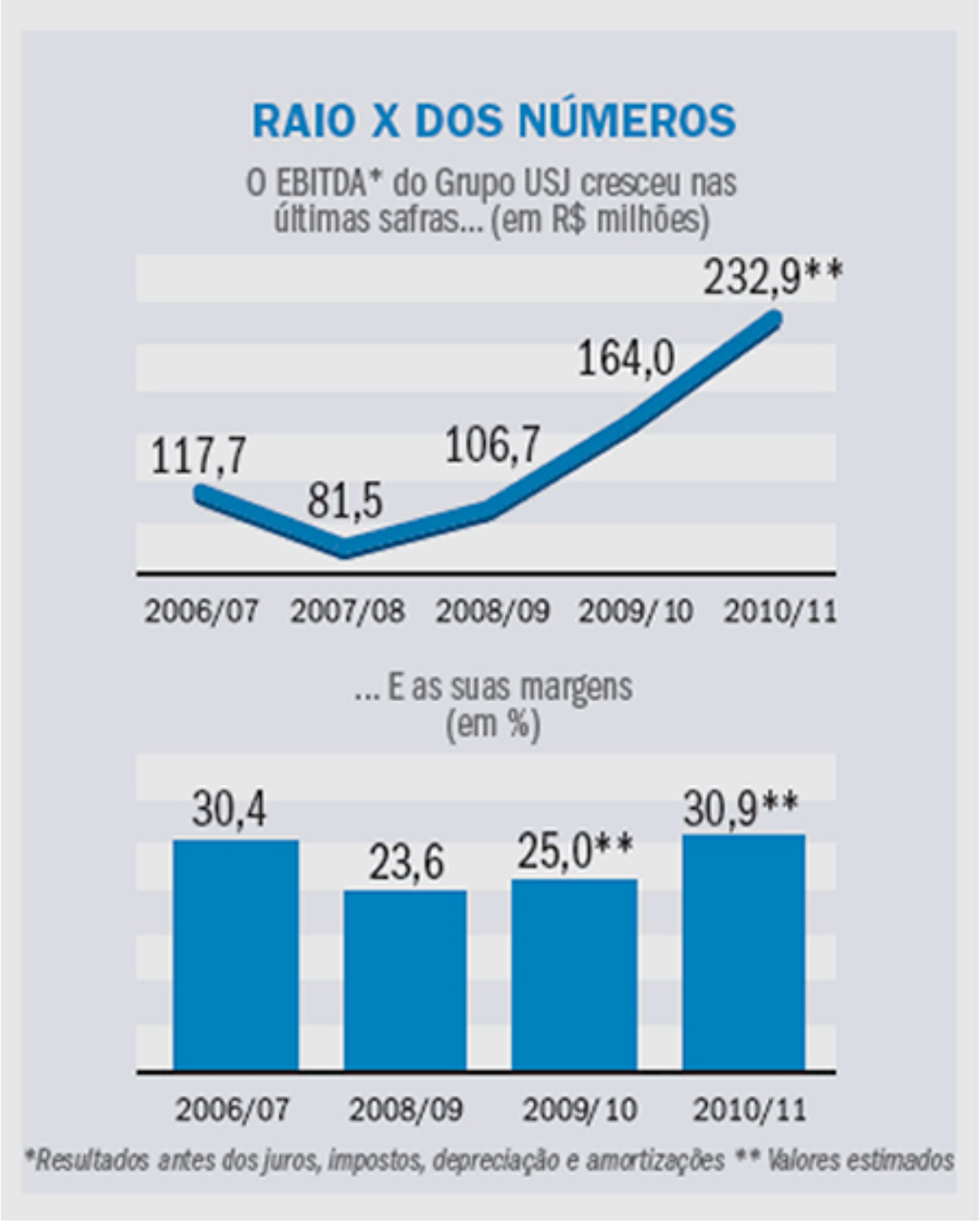


A MULTIPLICAÇÃO DA CANA

Grupo dobrou de faturamento em quatro anos



*Valor estimado



Só na Fazenda São Francisco foram R$ 876 milhões.Nos últimos quatro anos, enquanto grandes grupos sofriam para pagar em dia seus fornecedores, ele desembolsou R$ 1,6 bilhão e até 2011 algumas centenas de milhares de reais serão aplicadas para inaugurar uma nova usina em Cachoeira Dourada, também em Goiás e com capacidade de moer outros cinco milhões de toneladas. "O Grupo USJ é um exemplo não só porque modernas usinas do País, mas porque mostra que uma

empresa familiar pode, sim, ser gerida com profissionalismo", disse o exministro da Agricultura Reinhold Stephanes em entrevista à DINHEIRO RURAL.

"Temos vínculos com os produtores"

Decidido a olhar para o horizonte dos negócios, Hermínio Ometto Neto projetou em Goiás um investimento bilionário que está sendo visto como o modelo ideal de usina do futuro. Alta tecnologia na indústria e no campo deu a ele o poder de caminhar paralelo às gigantes do setor.

A São Francisco é apontada como o modelo ideal para uma usina nos dias de hoje. Quais seus diferenciais?

Optamos por criar em Goiás dois greenfields, a São Francisco e a Cachoeira Dourada, ainda em obras. Investimos em alta tecnologia porque é impossível acompanhar o mercado sem ela. Na indústria, as unidades usam o difusor no lugar do esmagador e caldeiras de alta pressão para a cogeração de energia. No campo, já atingimos 100% de mecanização da colheita e 70% no plantio.

O plantio não será 100% mecanizado?

Não. Temos fortes vínculos com nossos fornecedores e temos um compromisso com eles. As duas usinas, juntas, concentram grande geração de empregos na região e os fornecedores fazem parte desta cadeia, que não vamos quebrar. Temos muito respeito por quem faz a agricultura acontecer.

Os dois greenfields foram construídos de forma modular. O que isso representa?

Representa competitividade e redução de custos. O modelo permite à unidade expandir-se conforme a demanda, com custos menores que em um brownfield. Comparativamente, se fôssemos expandir um módulo da São Francisco, investiríamos cerca de R$ 100 milhões, enquanto no brownfield o retrofit nos custaria R$ 250 milhões.

Assim que as duas novas unidades estiverem em pleno funcionamento, em 2011, Ometto Neto terá em mãos um grupo com uma capacidade de moagem de 13 milhões de toneladas - o mesmo tamanho do Grupo Moema, comprado recentemente pela Bunge por US$ 1,5 bilhão. Ometto Neto não nega que tenha sido sondado muitas vezes por grupos estrangeiros, mas, depois de tantos anos trabalhando duro para acertar a casa, ele não vai vender barato o suor do seu esforço. "Telefone, internet e capital estrangeiro são inevitáveis", disse à DINHEIRO RURAL. "Mas antes vamos provar que uma empresa familiar pode ser bem administrada."

O Grupo USJ não possui profissionais de mercado em sua diretoria a exemplo do que fazem outras companhias de mesmo porte. **A sala de reunião do presidente é o seu próprio avião e as reuniões acontecem enquanto pilota a aeronave entre uma unidade e outra.** Antes de assumir os negócios da família, Ometto Neto era piloto comercial e chegou a comandar grandes aviões como o Boeing 747.

"É uma boa hora para conversar, porque estamos todos juntos", explica. Sua diretoria é composta pelas irmãs Carolina e Virgínia, além do primo Ricardo, e as contas são levadas com muito rigor.Em 1994, quando assumiu a empresa durante um período de problemas financeiros, ele teve de promover uma difícil reestruturação. Dos oito mil funcionários, sobrou menos da metade. A empresa diminuiu de tamanho e se manteve assim por anos até voltar a crescer de forma sustentável. O período, segundo conta o empresário, foi extremamente duro.

3,5 bilhões de litros de eta nol é o contrat o com a green energy, empresa de capita l britânico e interessada no combustível

Ele não revela o valor total das dívidas quando assumiu, mas explica que em diversos momentos chegou a duvidar da capacidade de recuperação da Usina São João. Entre os anos de 1998 e 2001, o setor viveu tempos difíceis, com uma sobreoferta de etanol e poucas perspectivas de crescimento. Mas a partir de 2002, com as contas mais equilibradas e com a entrada dos carros flexfuel, a sorte de Ometto Neto começou a mudar. "Só começamos a investir mesmo em 2006, depois de um longo trabalho de recuperação e quando passamos a ter acesso a linhas do BNDES."
Do R$ 1,2 bilhão investido em Goiás, R$ 876 milhões foram para a São Francisco, R$ 152 milhões para a Cachoeira Dourada, R$ 310 milhões para a área agrícola e R$ 718 milhões para a indústria. Com isso, ele aumentou em 30% as vendas externas, tendo como principal cliente a Grã- Bretanha, através da Green Energy.A meta é exportar 3,5 bilhões de litros de etanol em 2010 e já fechou contratos de dois anos para a venda de energia elétrica cogerada a partir do bagaço da cana para a Celg (Companhia Elétrica de Goiás), e travou laços mais fortes com os fornecedores locais.

Decolagem:
antes de assumir os negócios da família, Hermínio Ometto Neto chegou a ser piloto de Boeing. Acima, com a avó Duse Ruegger Ometto, uma das herdeiras do clã da cana. Em 1980, ainda garoto, pensava na aviação como carreira, mas a cana-de-açúcar falou mais alto







"Os greenfields formam um importante centro gerador de renda na região, com 2,5 mil funcionários." Não é só isso, mas a localização dos greenfields também foi uma estratégia bem pensada, já que por ali possivelmente passará o Uniduto, alcoolduto projetado pelo Consórcio Alicom (USJ/São Martinho/Santa Cruz). "O Brasil é carente de infraestrutura logística. O Uniduto é um projeto arrojado", diz o executivo, enxergando lá longe um nicho de mercado pouco explorado.
Depois de tantos anos de espera e gerando fluxo de caixa, os irmãos-primos decidiram que era a hora de expandir. "Voei 25 mil quilômetros por este país todo para encontrar esta localização (o sudoeste goiano)", conta o executivo. "Nos três primeiros anos, nossos investimentos foram maiores que a receita, mas a aplicação da tecnologia na unidade possibilitou a flexibilização da produção no momento da crise." Um ano

antes, o grupo havia injetado R$ 4 milhões na refinaria de açúcar do brownfield São João. Após um ano, com a quebra da safra indiana, a demanda mundial pela commoditie aumentou. "Foi uma visão antecipada do mercado."
As reuniões de negócios do Grupo USJ não deixam de ser também encontros de família. A história dos Ometto no mundo da cana é ancestral. Em 1906, os irmãos Pedro, Caterina e Girolamo compraram 144 hectares de terra no interior paulista, que se multiplicaram nas mãos dos netos Pedro, Hermínio (avô de Hermínio Neto), Narciso e Iracema. Os netos de Pedro levantaram a Cosan, os de Iracema, o grupo São Martinho, e os de Hermínio, o USJ.
À frente de cada um deles estão Rubens, na Cosan, João Guilherme, na São Martinho, e o próprio Ometto Neto no USJ. Nos anos 2000, o USJ, a São Martinho e a Santa Cruz formaram o Consórcio Alicom, que projeta construir o alcoolduto Uniduto. "Nossos antepassados criaram essas empresas num tempo em que não era possível fazer ideia do gigante que se tornaria esse mercado. Hoje, cabe a nós dar continuidade a esse crescimento e, cada um ao seu modo, escrever a sua própria história de sucesso", diz Hermínio Ometto Neto.

Há espaço para todos os grupos

Dois especialistas do setor sucroenergético dizem que o sucesso de Hermínio Ometto Neto está relacionado a um mercado que ainda possui espaço para grandes, médias e pequenas usinas. A questão é saber administrar



"O Grupo USJ é um dos exemplos de usinas que permanecem nas mãos das famílias e mesmo assim conseguem se destacar entre tantas operações que vêm acontecendo" **Marcos jank**, *presidente da Unica*



"A verdade é que o bom administrador não precisa ter um sobrenome de peso, e sim competência para gerenciar os seus negócios" **Maurílio Biagi Filho**, *Usineiro*

Açúcar Guarani volta às compras e movimenta o setor sucroenergético – Folha de São Paulo – Mercado – 01/06/2010

A reestruturação do setor de produção de álcool e de açúcar continua. O grupo Guarani anunciou ontem que adquiriu a usina Mandú, que tem potencial de moagem de 3,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.
Próxima à área de outras usinas da Guarani, a Mandú traz sinergia ao grupo, que pagou R$ 345 milhões pela empresa, localizada no noroeste de São Paulo.
A expansão da Guarani já era esperada, e deve continuar, uma vez que o grupo acabou de receber forte injeção de capital da Petrobras Biocombustível.
A empresa de petróleo passou a ter 49% de participação na Guarani, conforme parceria de R$ 2,2 bilhões celebrada entre a Tereos Internacional e a Petrobras.
Outra gigante do setor, a Cosan, anunciou na semana passada que também pode voltar

às compras. Já a indiana Renuka ainda espera um acerto com a Equipav.

Produtor de álcool tem custo maior em maio – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Mercado – 01/06/2010

O valor médio da tonelada de cana foi de R$ 46,90 no mês passado para as usinas, conforme dados do Consecana. Um dos componentes que empurraram para cima essa média foram os bons resultados das exportações de açúcar branco. Com base em contratos antigos, ainda com preços elevados, o açúcar gerou receitas de R$ 60,70 por tonelada de cana. O problema fica para as usinas que só produzem álcool, que pagam R$ 46,90 por tonelada de cana e foram remuneradas em R$ 33,80 pela venda do álcool hidratado.

Açúcar Guarani compra Usina Mandú – Eduardo Magossi - Estado de São Paulo – Negócios – 01/06/2010

Capitalizada pela recente injeção de R$ 682 milhões feita pela Petrobrás Biocombustivel, a Açúcar Guarani deu início ao projeto de expansão prometido no momento do fechamento da parceria entre as duas empresas. Por R$ 345 milhões, a Guarani adquiriu a Usina Mandú, depois de três meses de negociações e de enfrentar concorrentes de peso, como Cosan e Bunge.

"Estamos utilizando os recursos da Petrobras Biocombustivel para crescer, seja por meio de oportunidades de aquisição, seja através de expansão orgânica", afirma o diretor-presidente da Guarani, Jacyr Costa Filho. Ele considera a Usina Mandu estratégica para a empresa, uma vez que esta próxima as demais usinas do grupo.A sinergia gerada pela proximidade e importante para a redução de custos em investimentos agrícolas, industriais e logísticos.

A Mandu localiza- se em Guaira, no noroeste paulista,região na qual a produtividade da cana e superior a media brasileira, e onde também estão localizadas todas as seis usinas da Guarani: São Jose, Cruz Alta, Tanabi, Severina, Andrade e Vertente(nesta , a Guarani possui 50% do capital). Principais produtores. Em volume de cana-de-açúcar processado, a Mandu adicionara 3,5 milhões de toneladas as 17,2 milhões de toneladas da Guarani, elevando o total do grupo para 20,7 milhões de toneladas na atual safra 2010/11. Com a Mandu, a Guarani ocupara o terceiro lugar no ranking dos principais produtores do Brasil, atrás apenas da Cosane da Louis Dreyfus. Segundo o executivo, alem dos R$ 345 milhões pagos pela usina, dos quais R$ 260 milhões já foram desembolsados, a Guarani também assumiu a divida da Mandu, de R$ 255 milhões. Um volume entre 40% a 45% dessa divida e de curto prazo.

Europa deve investir mais em energia renovável – Gustavo Faleiros – Valor Econômico – Gestão Incerteza 3 parte – 07/06/2010

Sebastian Gallehr: investir em tecnologias de energia renovável criaria mais empregos neste momento de crise e garantiria a liderança neste mercado

A Europa, por anos foi considerada a potência das energias renováveis, o lugar no mundo em que as inovações para um futuro sustentável de fato iriam ocorrer. Mas esta liderança está em jogo e o bloco não passa apenas por uma crise econômica, mas também por uma crise de identidade. Será possível mesmo ao velho continente manter sua prosperidade e ao mesmo tempo alcançar uma economia de baixo carbono?

Para o consultor Jonathan Gaventa, da E3G, um think tank com escritórios em Londres e Bruxelas, a União Européia, não apenas pode conseguir um futuro com menos uso de combustíveis fósseis como deve fazê-lo. O argumento é simples: investir em tecnologias de energia renovável criaria mais empregos neste momento de aperto e garantiria a liderança da região neste mercado. "O custo para reduzir emissões e aumentar a eficiência energética é bastante similar ao de se investir em formas tradicionais de geração", diz.

Esta conclusão emergiu após a E3G ter participado de um consórcio de organizações que traçou diretrizes para uma economia de zero carbono em 2050 na Europa. Quatro cenários foram construídos para mostrar como introduzir 40%, 60%, 80% ou 100% de fontes renováveis nas próximas décadas. Segundo Gaventa, embora o custo tenha se revelado viável, ainda seria preciso uma série de novas políticas dentro do bloco.

"Nossas recomendações mostram que precisamos de novas regulações em três pontos. Primeiro esquemas de incentivo para energia renováveis seja tanto para implementação como para pesquisa e desenvolvimento. Segundo, adaptações na redes de distribuição de energia e nas regras de mercado para o uso destas redes. Terceiro: elevação no preço do carbono que dificulte a criação de grandes projetos de geração à base de combustíveis fósseis", explica o consultor.

As mais recentes e ambiciosas regras acordadas dentro da União Européia são conhecidas como 20 20 20, porque prevêm 20% de redução nas emissões de gases de efeito estufa mais 20% de aumento de eficiência energética até 2020. O secretário-executivo do Conselho Empresarial Europeu para Energias Renováveis, Sebastian Gallehr, pondera que, embora viáveis, as diretrizes não dão clareza sobre como serão atingidas. "Em termos de política, nada de concreto está acontecendo", analisa.

Por exemplo, sabe-se que 50% das reduções serão originadas dentro do novo período do mercado europeu de carbono (European Trade Scheme - ETS, como é conhecido), que começa em 2013 e dura até 2020. O resto das emissões ainda não está regulado. Isso é particularmente notável na indústria. Ainda não foram distribuídas dentro do bloco os direitos de emissão e Gallehr observa que essa discussão abrirá um enorme potencial de lobby de diferentes setores dentro de cada país.

Por outro lado, existem avanços domésticos nas regulamentações. A Alemanha é um bom exemplo, onde as leis já obrigam que novos empreendimento sempre tenham alguma fonte de energia renovável acoplada, como tetos com painéis solares ou geradores movidos a biogás. "Se a geração de energia descentralizada for implementada em toda a Europa junto com uma reforma da rede de distribuição temos uma grande chance de progredir", afirma Gallehr

Outra iniciativa doméstica que promete avanços é o Compromisso de Redução de Carbono do Reino Unido. Lançado em 2009, o programa busca dar incentivos a todos os setores da iniciativa privada que não estão cobertos por metas de emissão na União Européia. Isso inclui basicamente o setor de serviços, além de moradia, escolas, bancos e hospitais. A iniciativa foi uma resposta à aprovação no parlamento britânico, em 2009, de uma lei que estipula meta de 80% da redução de carbono até 2050. Um dos alvos mais ambiciosos, e ao mesmo tempo mais polêmicos, é a obrigação de que todas as novas residências sejam neutras em carbono. "É melhor tornar as casas existentes mais eficientes do que partir para um grande plano de construção de residências carbono zero", apontou o Instituto dos Engenheiros Civis, em um dos editoriais de sua revista.

Em escala continental, a proposta que mais tem gerado discussão é se a União Europeia deve passar da mencionada meta 20 20 20 para uma meta 30 30 30. Durante as negociações do clima em Copenhague, o bloco ofereceu aprofundar a redução de emissões contanto que outros países - em especial os Estados Unidos - também adotassem cortes maiores. Como isso não ocorreu, os europeus continuam apegados aos 20% em 2020. Mas agora começam a surgir propostas concretas de que o bloco deve elevar a meta sem esperar por contrapartidas.

Em recente palestra em Londres, a comissária para Ação Climática da UE, a dinamarquesa Connie Hedegaard, explicou que sua equipe está produzindo um relatório sobre os benefícios de se adotar neste momento de crise financeira uma meta mais ambiciosa. Segundo ela, com o aperto nas economias do continente, o custo de implementar 30% de fontes renováveis na matriz energética foi reduzido. Atualmente, calcula-se que seriam necessários € 71 bilhões para se alcançar 20% em 2020. Porém, defende a comissária, com apenas mais € 10 bilhões seria possível dar um salto a 30% para fontes limpas e corte de emissões da mesma magnitude.

Gallehr, do Conselho Empresarial Europeu de Energias Renováveis, concorda com a premissa de que é melhor adotar os 30% neste momento. Ele argumenta que existe dinheiro privado na União Européia que pode ser investido em novas tecnologias. "Eu tenho certeza que os recursos existem, agora esperar que as decisões facilitem estes investimentos ainda é apenas um sonho distante", brinca.

A professora da Universidade de Londres e especialista em legislação ambiental européia, Maria Lee, explica que as discussões sobre mudança climática estão demandando a maior parte da energia dos legisladores europeus e que o contexto político com dez novos membros torna a discussão ainda mais complexa. Mas ela crê que os temas caminham positivamente dentro do bloco, principalmente frente ao Tratado de Lisboa que coloca seis meses como prazo máximo para análise de propostas. "A discussão dentro da União Européia é complexa, é dinâmica, mas as leis no final são aprovadas", avalia a pesquisadora.

Produtor rural já vende energia elétrica – José Maschio – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010

Com o uso biodigestores que aproveitam a biomassa residual, empresários rurais viram fornecedores de energia

Dejetos de animais ou sobras de cultura viram energia, ajudando a ampliar o modelo energético do país

Uma resolução normativa da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que passou quase despercebida quando foi regulamentada, em dezembro de 2009, transformou produtores rurais de consumidores a vendedores de energia elétrica. Isso é possível a partir da construção de biodigestores em suas propriedades que permitam o aproveitamento da biomassa residual -ou seja, de todo tipo de dejeto animal ou sobras de cultura.
A resolução da Aneel, de 15 de dezembro de 2009, permite que qualquer distribuidora de energia elétrica pode fazer chamadas públicas para comprar eletricidade produzida por biodigestores. É a chamada geração distribuída, que amplia o modelo energético brasileiro.
""O modelo brasileiro sempre foi geração, transmissão e distribuição. Agora, com a resolução, o micro, o pequeno e o médio produtor viram agentes geradores", diz Cicero Bley Jr., coordenador de energias renováveis do Parque Tecnológico Itaipu, da Itaipu Binacional.
Desde 2006, Itaipu trabalhava no programa de geração distribuída e foi em uma granja de São Miguel do Iguaçu (615 km de Curitiba) que o programa mostrou sua viabilidade técnica.
Durante 2008, José Carlos Colombari, 46, e o filho Pedro Antônio, 18, geraram energia elétrica a partir do biogás para a Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) em caráter experimental.
Superados os receios sobre a qualidade da energia gerada diretamente para as linhas de distribuição, a Copel passou a pagar, na modalidade de chamada pública, a energia gerada pelos Colombari. Desde fevereiro do ano passado, a maior despesa mensal fixa da granja virou renda para a família.
Neste ano, Colombari aumentou seu plantel de suínos de 3.000 cabeças (por ciclo de engorda de 120 dias) para 5.000 cabeças, basicamente pensando na venda de energia.
"A energia virou um negócio, não mais um insumo."
Como subproduto do biogás, os Colombari deixaram de comprar o equivalente a R$ 40 mil em fertilizantes químicos (a fórmula NPK), que foram substituídos pelo biofertilizante obtido a partir da biomassa residual depois de separada do gás metano.
O sucesso dos Colombari levou a Cooperativa Agroindustrial Lar, de Medianeira (PR), a implantar três projetos, que hoje já vendem energia excedente à Copel.
Os biodigestores da cooperativa aproveitam biomassa residual de uma unidade produtora de leitões e das unidades industriais de aves e vegetais.
Já no município de Céu Azul (PR), a fazenda Starmilk, que produz 30 mil litros de leite por dia, aderiu à geração distribuída produzindo energia elétrica a partir dos dejetos da pecuária leiteira.
O biogás para gerar energia elétrica também tem sua versão urbana em Foz do Iguaçu, onde a Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) implantou o sistema em uma estação de tratamento de esgoto na cidade.

Vinhoto tem potencial para superar açúcar – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010

Se os dejetos da produção animal já são realidade na produção de energia, ainda que em escala diminuta, o Brasil ainda joga no solo seu produto mais valioso para a obtenção de biogás. É o vinhoto, hoje subproduto na produção de açúcar e etanol.
A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) tem estudos que indicam que a

produção de energia elétrica pode se tornar o segundo negócio do setor sucroalcooleiro, atrás apenas do etanol.
Experiências na usina São Martinho, em Pradópolis (São Paulo), mostram que, em um processo de biodigestão contínua, é possível capturar o biogás do vinhoto e utilizá-lo como combustível.
O uso do vinhoto para a produção de biogás não interfere na qualidade, em termos de adubação, do biofertilizante (subproduto do processo) em relação ao vinhoto que hoje é jogado diretamente do solo.

Gasodutos terão concessionários definidos por meio de leilões – Folha de São Paulo – Mercado – 08/06/2010

DO RIO - A Lei do Gás, a ser regulamentada neste mês pelo Ministério de Minas e Energia, abre espaço para a quebra do monopólio da Petrobras no transporte do gás, ao determinar que os novos gasodutos passem a ser uma concessão pública, com concessionários definidos por meio de leilão.
Os vencedores dos leilões serão empresas ou consórcios que oferecerem a menor tarifa de transporte de gás.
Segundo Maurício Tolmasquim, presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), os gasodutos serão regidos pelo mesmo modelo que já vigora para as linhas de transmissão de energia elétrica, concedidas em leilão pelo critério de tarifa mais baixa.
A nova lei prevê ainda que todo o planejamento do setor passe a ser feito pela EPE, que indicará a necessidade ou não da construção de gasodutos, sua capacidade, extensão e localização dos troncos.
Para Tolmasquim, porém, não há atualmente a necessidade de construção de nenhum novo gasoduto no país em razão dos pesados investimentos realizados pela Petrobras nos últimos anos -a estatal ampliou em mais de 4.000 quilômetros sua malha de gasodutos e completou a ligação entre Sudeste e Nordeste.
Tolmasquim disse ainda que a EPE fará, em 2011, o primeiro grande estudo sobre o planejamento de gasodutos. "Isso não quer dizer que vamos fazer um leilão. Há muito espaço nos dutos atuais."
Até agora, o investimento em dutos era feito pela estatal de acordo com o seu interesse e a necessidade do mercado.

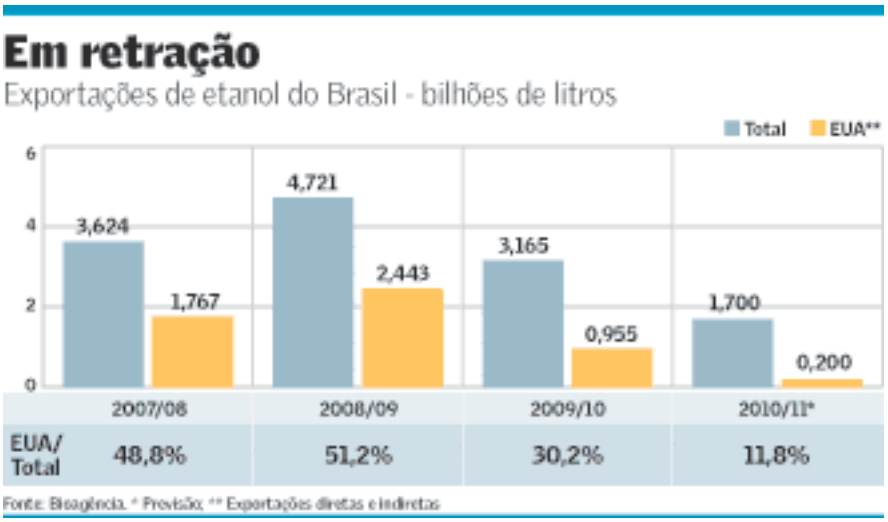
Exportação de etanol vai despencar no ano – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010

As exportações brasileiras de etanol deverão atingir, neste ano, seu pior resultado desde 2003. O valor pago pelo biocombustível nos Estados Unidos está no patamar mais baixo dos últimos anos e, por isso, a tão esperada "janela" de exportações que se abre no verão americano - quando o consumo de combustível aumenta no país - não deverá se abrir.

A estimativa da Bioagência, agência que comercializa cerca de 10% do etanol produzido no Brasil, é de que os embarques a todos os destinos somem apenas 1,7

bilhão de litros no ciclo atual, dos quais apenas 200 milhões aos Estados Unidos, entre vendas diretas e indiretas. O volume representa 20% do total realizado na temporada passada.

Os Estados Unidos são, tradicionalmente, o principal cliente do etanol brasileiro. Mais do que isso: é sobre o país que se sustenta grande parte das apostas de crescimento do segmento no Brasil. Rodrigues conta que a janela de exportação no verão americano vem se abrindo sistematicamente desde 2004. Na média, é neste período, entre junho e agosto, que o Brasil exporta 40% de todo o volume que segue ao mercado americano.



A retração vem acontecendo desde 2009 e é reflexo da desvalorização das cotações do petróleo e da própria desaceleração da economia mundial. Também pesa nesta balança a confortável oferta mundial de milho, que erodiu as cotações do grão, a principal matéria-prima do etanol americano.

O pico de 4,7 bilhões de litros embarcados pelo Brasil a todos os destinos em 2008/09 - 2,44 bilhões dos quais aos EUA - foi reduzido a 3,1 bilhões na safra 2009/10, quando o mercado americano absorveu 955 milhões de litros, entre vendas diretas e indiretas - via países do Caribe e América Central, que exportam por acordo CBI (Caribbean Basin Initiative) com isenção de impostos.

"As usinas dos Estados Unidos estão com boas margens, mesmo a esses preços de venda, pois estão adquirindo a matéria-prima a preços baixos", diz Tarcilo Rodrigues, diretor da Bioagência. Assim, o valor do galão (3,785 litros) do etanol está nos níveis mais baixos dos últimos anos nos Estados Unidos, sendo cotado a US$ 1,65. Em 2008, por exemplo, esse valor superou US$ 2,80.

O resultado é que, com a tarifa de 54 centavos de dólar por galão (a preços e câmbio atuais), os produtores do Brasil receberiam hoje, na usina, o equivalente a R$ 0,75 a cada litro exportado aos americanos. O mercado interno, apesar do período de safra, paga R$ 0,85 no local de produção, segundo dados da Bioagência e que já contemplam impostos.

Além da Bioagência, outras fontes que acompanham o segmento, como o Rabobank, vêm alertando para a queda dos embarque de etanol neste ano pelo Brasil. O banco holandês, porém, previu uma queda menor, de 1 bilhão de litros em relação a 2009. Para a Bioagência, essa redução ficará em 1,4 bilhão de litros. "Mas, a boa notícia é que o mercado interno continuará absorvendo a maior parte da produção nacional", diz Rodrigues.

Ainda há incertezas sobre o crescimento da moagem de cana no Centro-Sul para 600 milhões de toneladas, o que tende a interferir na oferta de etanol excedente no mercado brasileiro.

Apesar do cenário nos EUA estar muito desfavorável neste momento, ele não é imutável, segundo Rodrigues. "Houve um ano em que uma grande enchente nas lavouras de milho elevou os preços do grão e, consequentemente, do etanol". Há ainda, segundo ele, a perspectiva de aumento da mistura do etanol na gasolina nos Estados Unidos dos 10% atuais para 12% e 13%. "Isso pode elevar demanda, enxugar o mercado de etanol americano e recuperar preços", afirma ele.

Rodrigues afirma que os mercados europeu e o japonês estão mantendo as remunerações equivalentes às do mercado interno.

Guarani muda estratégia de venda – Fabiana Batista - Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010

A Açúcar Guarani, que há um pouco mais de um mês anunciou parceria com a Petrobras, deve definir em reunião de conselho no fim deste mês como comercializará sua produção de etanol. No início do ano, antes do avanço das negociações com a estatal, a companhia amarrava parceria com a Copersucar envolvendo apenas o biocombustível. Agora, com Petrobras, a Guarani vai definir outra estratégia que, segundo fontes, passam por acordo com a BR Distribuidora.

Há dez anos a Guarani comercializa sua produção de álcool via SCA (Sociedade Corretora de Álcool) e, na prática, desde o início desta safra, já está desvinculada da comercializadora. "A produção desta temporada está sendo, por enquanto, destinada ao cumprimento de contratos firmados anteriormente. Vamos sair da SCA e definir, na próxima reunião do conselho, como faremos a venda do biocombustível daqui em diante", disse ao **Valor** Jacyr Costa, CEO da Açúcar Guarani.

A SCA, que completa 10 anos de fundação, perdeu a Guarani, mas ganhou outra associada. A primeira usina da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA), a Vale do Tijuco, se associou à SCA e vai produzir 150 milhões de litros de etanol neste ciclo. O projeto, que tem como sócios o Pactual Capital Partners (PCP), a JF Citrus e o fundo ZBI Ventures, é de três usinas com capacidade para moer 5 milhões de toneladas cada e produzir 280 milhões de litros de álcool. **(FB)**

Exportação de etanol vai despencar no ano – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010

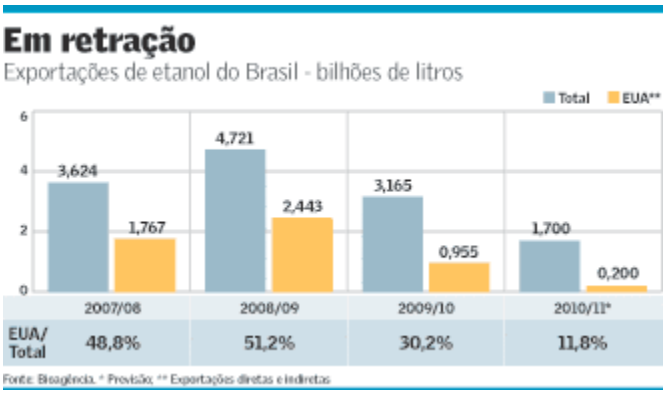
Mercado interno, mesmo em safra, está pagando R$ 0,10 a mais por litro do que a exportação aos EUA, diz Rodrigues

As exportações brasileiras de etanol deverão atingir, neste ano, seu pior resultado desde 2003. O valor pago pelo biocombustível nos Estados Unidos está no patamar mais baixo dos últimos anos e, por isso, a tão esperada "janela" de

exportações que se abre no verão americano - quando o consumo de combustível aumenta no país - não deverá se abrir.

A estimativa da Bioagência, agência que comercializa cerca de 10% do etanol produzido no Brasil, é de que os embarques a todos os destinos somem apenas 1,7 bilhão de litros no ciclo atual, dos quais apenas 200 milhões aos Estados Unidos, entre vendas diretas e indiretas. O volume representa 20% do total realizado na temporada passada.

Os Estados Unidos são, tradicionalmente, o principal cliente do etanol brasileiro. Mais do que isso: é sobre o país que se sustenta grande parte das apostas de crescimento do segmento no Brasil. Rodrigues conta que a janela de exportação no verão americano vem se abrindo sistematicamente desde 2004. Na média, é neste período, entre junho e agosto, que o Brasil exporta 40% de todo o volume que segue ao mercado americano.



A retração vem acontecendo desde 2009 e é reflexo da desvalorização das cotações do petróleo e da própria desaceleração da economia mundial. Também pesa nesta balança a confortável oferta mundial de milho, que erodiu as cotações do grão, a principal matéria-prima do etanol americano.

O pico de 4,7 bilhões de litros embarcados pelo Brasil a todos os destinos em 2008/09 - 2,44 bilhões dos quais aos EUA - foi reduzido a 3,1 bilhões na safra 2009/10, quando o mercado americano absorveu 955 milhões de litros, entre vendas diretas e indiretas - via países do Caribe e América Central, que exportam por acordo CBI (Caribbean Basin Initiative) com isenção de impostos.

"As usinas dos Estados Unidos estão com boas margens, mesmo a esses preços de venda, pois estão adquirindo a matéria-prima a preços baixos", diz Tarcilo Rodrigues, diretor da Bioagência. Assim, o valor do galão (3,785 litros) do etanol está nos níveis mais baixos dos últimos anos nos Estados Unidos, sendo cotado a US$ 1,65. Em 2008, por exemplo, esse valor superou US$ 2,80.

O resultado é que, com a tarifa de 54 centavos de dólar por galão (a preços e câmbio atuais), os produtores do Brasil receberiam hoje, na usina, o equivalente a R$ 0,75 a cada litro exportado aos americanos. O mercado interno, apesar do período de safra, paga R$ 0,85 no local de produção, segundo dados da Bioagência e que já contemplam impostos.

Além da Bioagência, outras fontes que acompanham o segmento, como o Rabobank, vêm alertando para a queda dos embarque de etanol neste ano pelo Brasil. O banco holandês, porém, previu uma queda menor, de 1 bilhão de litros em relação a 2009. Para a Bioagência, essa redução ficará em 1,4 bilhão de litros. "Mas, a boa

notícia é que o mercado interno continuará absorvendo a maior parte da produção nacional", diz Rodrigues.

Ainda há incertezas sobre o crescimento da moagem de cana no Centro-Sul para 600 milhões de toneladas, o que tende a interferir na oferta de etanol excedente no mercado brasileiro.

Apesar do cenário nos EUA estar muito desfavorável neste momento, ele não é imutável, segundo Rodrigues. "Houve um ano em que uma grande enchente nas lavouras de milho elevou os preços do grão e, consequentemente, do etanol". Há ainda, segundo ele, a perspectiva de aumento da mistura do etanol na gasolina nos Estados Unidos dos 10% atuais para 12% e 13%. "Isso pode elevar demanda, enxugar o mercado de etanol americano e recuperar preços", afirma ele.

Rodrigues afirma que os mercados europeu e o japonês estão mantendo as remunerações equivalentes às do mercado interno.

Etanol glorifica Lula, mas hesita na sucessão – Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Política – 09/06/2010

Bem tratado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o setor produtor de álcool foi disputado na noite de segunda-feira pelos três principais pré-candidatos à Presidência da República na entrega de prêmio promovido pela Unica, uma das maiores entidades de classe de açúcar e de álcool do país. O empresariado do etanol glorifica Lula. O presidente é chamado de "garoto-propaganda" do etanol e de "caixeiro-viajante" do combustível. Nos anos Lula, o setor obteve mais financiamento dos bancos públicos, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ganhou espaço na política externa do país, a produção foi recorde e os usineiros viraram "heróis" na voz do presidente petista.

O apoio à pré-candidata do presidente, Dilma Rousseff, portanto, tenderia a ser mais fácil, mas ninguém se arrisca diante dos resultados das últimas pesquisas, que mostram empate entre Dilma e o tucano José Serra. O setor é um contribuinte habitual de campanhas eleitorais. "Acho que a briga vai ser boa. O setor deve muito ao presidente Lula, mas o Serra sempre nos atendeu, fizemos um acordo com ele na área ambiental", disse José Roberto Della Coletta, dono de usina que leva seu sobrenome em Bariri, interior de São Paulo.

"O setor está dividido. Já ouvi que não tem como não ajudar o Lula, mas outros vão ajudar o Serra", afirmou o deputado federal Milton Monti (PR-SP), parlamentar que costuma defender demandas de usineiros. "Sou amigo de ambos", limita-se a dizer um usineiro de peso no país.

Para o presidente do Sindicato dos Fabricantes de Etanol de Goiás (Sifaeg), André Rocha, o setor tem gratidão a Lula, citando que mais de cem usinas novas foram instaladas a partir de 2006, com uma produção de álcool correspondente a um terço da produção nacional. Rocha lembra que o governo tucano de São Paulo reduziu o ICMS do combustível para 12%, na gestão de Geraldo Alckmin. "É inegável o quanto presidente Lula fez para o setor, mas não temos posição política", afirmou Luiz Custódio Costa Martins, presidente do Sindaçúcar e do Siamig, sindicatos que representam a indústria de açúcar e álcool de Minas Gerais. Dono de usina na zona da mata de mineira, Martins conta que antes de ser reeleito, em 2006, Lula reuniu-se com

representantes do segmento e prometeu que o governo teria uma política integrada entre diferente órgãos do governo, como os ministérios de Minas e Energia, Relações Exteriores e Desenvolvimento. "Entre Lula e FHC não tem conversa", disse Custódio. "O Lula controlou o PT. Agora, o receio é que a Dilma seja controlada pelo PT", disse o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), outro braço dos produtores de etanol no Congresso. Aliado a Serra, o deputado do PPS se refere ao que chama de "insegurança jurídica" associada à Dilma, pois prevê mais invasões de terra e aumento do intervencionismo estatal na economia caso ela seja eleita.

Na pauta dos produtores, aparecem a mudança na legislação que fixa como reserva legal o equivalente a 20% da área plantada e a instituição de um padrão de álcool para que o combustível possa se tornar uma commodity. Parte dos usineiros também defende a fixação de uma banda de preços mínimos com a garantia do governo em caso de queda de cotação. Durante o evento, o presidente da Orpla (organização que reúne os fornecedores de cana), Ismael Perina, reclamou dos níveis baixos do preço, pediu juro zero para financiamento na compra de máquinas e equipamentos. Perina disse ser "intolerável a complacência" das autoridades com as invasões de terra e criticou os parâmetros para definir trabalho análogo ao escravo. Segundo o presidente da entidade, predomina "a subjetividade" nas fiscalizações do Ministério do Trabalho.

No discurso aos produtores, Serra prometeu repetir a iniciativa paulista de baixar o ICMS em todo o país. Dilma também falou em unificar a alíquota do imposto sobre o álcool nacionalmente. Marina se colocou a favor de impostos menores ao segmento, mas disse ser necessário "sair da propaganda" e "criar uma nova narrativa para os nossos produtos" com valores éticos, sociais e ambientais. **(APG)**

Guarani muda estratégia de venda - Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 09/06/2010

A Açúcar Guarani, que há um pouco mais de um mês anunciou parceria com a Petrobras, deve definir em reunião de conselho no fim deste mês como comercializará sua produção de etanol. No início do ano, antes do avanço das negociações com a estatal, a companhia amarrava parceria com a Coopersucar envolvendo apenas o biocombustível. Agora, com Petrobras, a Guarani vai definir outra estratégia que, segundo fontes, passam por acordo com a BR Distribuidora.

Há dez anos a Guarani comercializa sua produção de álcool via SCA (Sociedade Corretora de Álcool) e, na prática, desde o início desta safra, já está desvinculada da comercializadora. "A produção desta temporada está sendo, por enquanto, destinada ao cumprimento de contratos firmados anteriormente. Vamos sair da SCA e definir, na próxima reunião do conselho, como faremos a venda do biocombustível daqui em diante", disse ao **Valor** Jacyr Costa, CEO da Açúcar Guarani.

A SCA, que completa 10 anos de fundação, perdeu a Guarani, mas ganhou outra associada. A primeira usina da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA), a Vale do Tijuco, se associou à SCA e vai produzir 150 milhões de litros de etanol neste ciclo. O projeto, que tem como sócios o Pactual Capital Partners (PCP), a JF Citrus e o fundo ZBI Ventures, é de três usinas com capacidade para moer 5 milhões de toneladas cada e produzir 280 milhões de litros de álcool. **(FB)**

Etanol, petróleo e matriz energética – Marcos Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/06/2010

A nossa velha cana de açúcar converteu- se na planta cultivada mais extraordinária Que se conhece hoje para produzir combustíveis e bioeletricidade de baixo carbono. Trata-se da nova cana de energia, que nasceu como ousado Programa Nacional do Álcool (Proálcool) nos anos 70, o qual impôs a mistura de etanol na gasolina, a ampla distribuição do produto nos postos de combustível e os veículos movidos a álcool puro. Nos anos 90, com a queda do preço do petróleo, o programa quase morreu.Mas renasceu em 2003, pelas mãos da indústria automobilística brasileira.

Desde então,o Brasil converteu se no maior laboratório de desenvolvimento de motores bicombustíveis do planeta, atingindo em 2010 a marca dos 10 milhões de veículos flex nas ruas.No ano passado,o consumo de etanol superou o de gasolina. Ao mesmo tempo, começamos a produzir eletricidade do bagaço e das palha das da cana de açúcar.Trata-se de uma fabulosa energia de reserva limpa e renovável, disponível perto dos centros de consumo elétrico nacional. O mais interessante é que ela é altamente complementar às hidrelétricas, pois se encontra disponível nos meses de safra de abril a novembro,exatamente o período de menor pluviosidade, em que os rios e reservatórios de água estão baixos.

No entanto,só 22% das usinas de cana do País exportam energia para a rede elétrica brasileira, gerando apenas 2% do nosso consumo anual.Temos mais de 13 mil MW médios de energia elétrica "adormecida" nos canaviais do Centro-Sul,o equivalente a três usinas de Belo Monte ou 14% das necessidades nacionais em 2020. Um imenso potencial que precisa ser despertado! Neste momento estamos entrando na terceira fase da história do etanol, quando ele deixa de ser uma experiência isolada do Brasil e passa a ser adotado em mais de 30 países.

Esta terceira fase nasce do esforço global de redução dos gases de efeito estufa, que causam o aquecimento do planeta. Após dois anos de pesquisas, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) classificou o etanol de cana-de-açúcar como "biocombustível avançado", com 61% de redução comprovada nos gases de efeito estufa em relação à gasolina, um valor três vezes superior ao obtido pelo etanol de milho, que ficou com apenas 21% de redução. Este valor considera, em primeiro lugar, o balanço de emissões desde o plantio da cana até o escapamento dos automóveis.

Considera também os chamados "efeitos do uso direto e indireto da terra". O risco de desmatamento direto pela expansão da cana não ocorre mais no País. Mas também foi mensurado o efeito indireto, que seria o associado ao risco de a cana pode restar "empurrando"outras atividades agropecuárias para novas áreas e assim provocar, indiretamente, o desmatamento. Enquanto a cana é renovável – e, portanto, infinita – e grande redutora de emissões, o petróleo é cada vez mais escasso e o maior responsável pelo aquecimento global. Isso sem contar esse terrível acidente no Golfo do México,com um gêiser submarino jorrando descontroladamente, como no início da história do petróleo,e provocando danos bilionários, que levarão décadas para ser neutralizados.

O acidente ocorreu há 50 dias e até aqui ainda não há solução à vista.Mas já se sabe que o mundo petroleiro vai passar por uma profunda metamorfose. É certo que o custo para extrair petróleo de águas profundas vai aumentar expressivamente, em razão do aumento dos seguros e de regulações muito mais rígidas.

Além disso, os "efeitos do uso direto e indireto"das águas oceânicas também precisariam ser corretamente avaliados, especialmente quando há riscos desconhecidos na exploração de petróleo em regiões que chegam a 7 mil metros de profundidade. O fato é que a era do petróleo barato, definitivamente, acabou! Hoje a alternativa é um petróleo caro, armazenado em reservatórios de custo e risco elevados, que vai terminar sendo atirado na atmosfera, aquecendo o planeta.

Não seria muito mais simples e inteligente produzir o mesmo carbono a partir da energia infinita do Sol, da água das chuvas, da riqueza dos solos, por meio da fotossíntese das plantas cultivadas, reciclando o carbono da atmosfera? Obviamente,isso tem de ser feito com alta tecnologia, via ganhos de produtividade que poupem ao máximo a necessidade de uso adicional de terra. Como fizemos no Brasil, onde substituímos mais de 50 % da gasolina com apenas 1%de nossas terras aráveis. Segunda à noite os três principais candidatos à Presidência da República compareceram à cerimônia de entrega do Prêmio Top Etanol 2010, evento organizado pelo Projeto Agora – Agroenergia e Meio Ambiente, hoje o maior programa de comunicação e marketing institucional do agronegócio brasileiro,envolvendo oito associações sucroenergéticas e oito grandes empresas. E foram unânimes em reconhecer que o Brasil tem a obrigação de desenvolver políticas estáveis e coerentes que garantam o crescimento da participação de energias renováveis, como os produtos da cana de açúcar,na energética brasileira.

Foram sugeridas medidas diversas, como a uniformização do ICMS sobre o etanol em 12% em todo o território nacional,o mesmo nível hoje aplicado ao nosso diesel,que,aliás,ainda tem baixíssima qualidade ambiental.Medidas como essa não podem ser classificadas como subsídios,mas como reconhecimento das externalidades econômicas, sociais e ambientais desta indústria para a sociedade: diversificação energética, redução de gases de efeito estufa, redução de gastos com saúde pública, geração de empregos , inovação tecnológica e interiorização do desenvolvimento.

Uma alternativa renovável que colocou o nosso país na vanguarda do planeta no campo da substituição de petróleo e do combate às mudanças do clima. Já vivemos a era da tração animal, a era do carvão e agora estamos começando a sair da era do petróleo. A era da energia feita com carbono reciclado via fotossíntese faz muito mais sentido!

Usineiros propõem alcoolduto de R$ 3 bilhões em SP – Folha de São Paulo – Mercado – 16/06/2010

DA BLOOMBERG - A Cosan e outras 84 fabricantes de etanol vão solicitar licença ambiental neste mês para a construção de um alcoolduto de R$ 3 bilhões que ligará as áreas produtoras no Estado de São Paulo ao porto no Guarujá (SP). "O alcoolduto vai resolver a maior parte do nosso gargalo logístico", disse Sergio van Klaveren, presidente da Uniduto -a joint venture das companhias do setor. Segundo ele, a ideia é iniciar a construção no primeiro trimestre de 2011 e começar as operações em 2013.

Petrobras acelera avanço em biocombustíveis – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 18 de junho de 2010

A Petrobras Biocombustível (PBio) está pronta para ampliar sua presença nos mercados de etanol e de biodiesel no país. A empresa decidiu acelerar a compra de participação em novas usinas de etanol e elevar aportes em unidades próprias de biodiesel, informou o presidente do conselho de administração da PBio, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ao Valor .

A empresa prevê ocupar uma fatia de 20% do mercado de etanol por meio de participação acionária e liderar em biodiesel com 25% da produção nacional. "Vamos avançar rápido e comprar participação em outras empresas de etanol. Vamos comprar 49% das ações e fazer a gestão compartilhada", afirmou Cassel.

O planejamento da PBio inclui gerir as áreas de finanças, administração ou logística das novas aquisições para "dominar e apropriar-se da tecnologia" desenvolvida pelas parceiras. "É um setor de alta complexidade para nós. Mas já somos uma empresona do setor, estamos grandes em etanol e biodiesel e já mudamos esses mercados", disse. "Vamos trabalhar no vermelho por três a cinco anos, mas depois disso teremos um lucrinho".

Em maio, a PBio anunciou a compra de participação na Açúcar Guarani, controlada pela francesa Tereos. Nos próximos cinco anos, a empresa investirá R$ 1,6 bilhão na Guarani, que processa 16 milhões de toneladas de cana por safra. "Já estamos no coração do setor com a Guarani e já estamos aprendendo muito", declarou o ministro.

A subsidiária integral da gigante brasileira do petróleo começou a investir pesado em etanol no fim de 2009 com a compra de 40,4% da ações da usina Total, de Bambuí (MG), por R$ 150 milhões. Até então, negociava adquirir parte da usina Itarumã (GO) em parceria com a japonesa Mitsui. A opção pelo etanol busca "equilibrar" o jogo com o interesse de grupos multinacionais no setor e evitar o domínio absoluto do capital estrangeiro em usinas brasileiras. "A presença da Petrobras equilibra um pouco as coisas", avaliou Cassel.

Nas diretrizes da PBio, comandada pelo ex-ministro Miguel Rossetto, estão pesados investimentos de US$ 530 milhões em pesquisas de biocombustíveis até 2014. A empresa já domina a tecnologia do biodiesel de mamona e banca pesquisas para adequar outras matérias-primas às exigências técnicas.

"Percebemos que o biodiesel estará na matriz energética do futuro.Por isso, vamos estabilizar o programa", acrescentou.A empresa se esforça para estimular e organizar a produção familiar.Fez acordo com o Banco do Brasil para avalizar financiamentos, transferir pacote tecnológico integrado de insumos e assegurar a compra da matéria-prima.

Em 2009, firmou convênio com o BB para avalizar R$ 90 milhões a 60 mil produtores de mamona, soja e girassol de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Sergipe. A produção, que deve ser ampliada para 120 mil hectares nessas áreas, abastecerá as usinas de Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Uma delas já dobrará sua capacidade de processamento.

No ano passado, a PBio também adquiriu metade das ações da usina de biodiesel BSBios, de Marialva (PR), por R$ 55 milhões. “Estamos fazendo uma inclusão bem feita, de Primeiro Mundo”, disse Cassel.

Etanol une Petrobras e São Martinho – Mariana Sallowicz - Folha de São Paulo – Mercado – 22/06/2010

Em parceria, empresas criam companhia que atuará na região Centro-Oeste e terá patrimônio de R$ 858,8 mi

A subsidiária Petrobras Biocombustível fará aporte de R$ 420,8 mi e o grupo São Martinho entra com seus ativos

Na sua terceira compra de participações em usinas de etanol e com projeto de elevar sua importância no setor, a Petrobras anunciou ontem uma parceria estratégica com o grupo São Martinho.
As companhias formarão uma nova empresa, com nome de Nova Fronteira Bioenergia S.A., e que atuará na região Centro-Oeste do país.
Para a consolidação do negócio, a subsidiária Petrobras Biocombustível, que irá deter 49% das ações da nova sociedade, fará aporte de R$ 420,8 milhões.
O São Martinho entrará com seus ativos -a usina Boa Vista, localizada em Quirinópolis (GO), e um novo projeto (greenfield) chamado SMBJ Agroindustrial, em Bom Jesus de Goiás (GO).
"Estamos anunciando a construção de mais uma grande empresa brasileira de biocombustível. A parceria apresenta importantes sinergias com outros ativos do sistema Petrobras", disse Miguel Rossetto, presidente da Petrobras Biocombustível.
O pagamento ocorrerá em duas etapas. O primeiro aporte será feito em até 90 dias, totalizando R$ 257,6 milhões. O restante, até 12 meses depois. A nova empresa terá patrimônio líquido de R$ 858,8 milhões e dívida líquida de R$ 409,5 milhões.
Com a parceria, a Petrobras prevê elevar sua capacidade de moagem de cana-de-açúcar de mais de 20 milhões para até 30 milhões de toneladas por ano, em 2014.
Além disso, a estatal projeta ter até 5% da produção de etanol do país -atualmente estimada em quase 3% por especialistas.
"Tínhamos estratégia diferente, e mudamos. Era de greenfields [novas usinas] e hoje estamos revendo para crescimento de produção, principalmente via aquisições", disse o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli.
A previsão de investimentos da estatal em biocombustíveis é de US$ 3,5 bilhões até 2014.
Segundo Fábio Venturelli, CEO do São Martinho, a sociedade foi formada após quatro meses de negociação e sem grandes dificuldades.
Os recursos da Petrobras no negócio serão usados na expansão da produção da Nova Fronteira Bioenergia S.A. -a usina de Boa Vista terá sua capacidade de moagem ampliada dos atuais 2,5 milhões de toneladas de cana para 7 milhões de toneladas na safra 2014/15.

AQUISIÇÕES
Em dezembro, a Petrobras Biocombustível adquiriu 40,4% das ações da Total Agroindústria Canavieira.

Para comprar a fatia na Total, que possui uma usina de etanol em Bambuí, no Estado de Minas Gerais, desembolsou R$ 150 milhões.
Há dois meses, a Petrobras voltou a ganhar participação no mercado de etanol com a compra de 45,7% do capital da Açúcar Guarani, quarta maior processadora de cana de açúcar do Brasil.
O negócio foi calculado em R$ 1,6 bilhão.
Segundo Rossetto, os investimentos no Centro-Oeste, com o São Martinho, e o no Sudeste, com a Guarani, são "os dois grandes veículos de crescimento da companhia na área de etanol".
Com as parcerias, a Petrobras terá capacidade de processar 886 milhões de litros de etanol neste ano.

Nova parceria acelera avanço do etanol no Centro-Oeste – Valor Econômico – Agronegócios – 22 de junho de 2010

Após quatro meses de negociações, a Petrobras Biocombustível (PBio) e a São Martinho anunciaram ontem uma parceria estratégica em etanol que terá foco em investimentos no Centro-Oeste, conforme antecipou o Valor . Batizada de Nova Fronteira Bioenergia S.A., a nova empresa terá capital social de R$ 858,8 milhões, resultado de um aporte de R$ 420,8 milhões da Petrobras, que deterá 49% de participação na sociedade, e da transferência de ativos avaliados em R$ 438 milhões da São Martinho, que será majoritária com 51%.

O principal ativo do grupo paulista a ser incorporado na nova empresa será a usina Boa Vista, de Quirinópolis (GO), que já tem capacidade para moer 2,5 milhões de toneladas de cana. A SMBJ Agroindustrial, um projeto greenfield em planejamento na cidade de Bom Jesus de Goiás (GO), também entrará no negócio.

A Nova Fronteira Bioenergia nasce predestinada a ser a plataforma de investimento em etanol e energia da estatal na região Centro Oeste, da mesma forma que a Açúcar Guarani, primeiro grande grupo a se associar à Petrobras, tornou-se o pivô de articulação em etanol da estatal em São Paulo.

Apesar da restrição em apresentar planos, diante do período de silêncio em que se encontram as duas empresas, São Martinho e Petrobras revelam nas entrelinhas que os projetos da recém-criada devem ir além da ampliação da capacidade da unidade Boa Vista pa7 milhões de toneladas de cana, e da construção de uma outra usina em município vizinho a Quirinópolis, em Bom Jesus de Goiás.

A começar pela estratégia de criar uma nova empresa, em vez de comprar uma participação direta na São Martinho, nos moldes de como ocorreu com a Açúcar Guarani.

"A existência de uma nova sociedade está atrelada à ambição de crescimento desta nova companhia que será a principal alavanca de expansão no Centro-Oeste", disse o CEO da São Martinho, Fábio Venturelli, que negou que a Nova Fronteira tenha, neste momento, planos de abrir capital em bolsa.

A parceria na região também parece ter reativado o ânimo da estatal com seus projetos logísticos de etanol, alguns com potencial de sinergia com os próprios projetos da São Martinho nessa área.

Na coletiva, concedida à imprensa na manhã de ontem, o presidente da Petrobras Biocombustíveis, Miguel Rossetto, explicou que a reafirmação do Centro-Oeste como região de expansão reforça a confiança nos investimentos previstos para

o alcoolduto, via PMCC, parceria da estatal com a Mitsui e Camargo Corrêa. “Temos grandes expectativas em relação a esses projetos, tanto do alcoolduto como do de transporte hidroviário”, disse Rossetto. A São Martinho tem licença de operação de um terminal hidroviário no porto de São Simão (GO), até o momento, sem previsão de ser construído.

O aporte da Petrobras será feito em duas etapas. A primeira, de R$ 257,6 milhões, após a conclusão da due dilligence, em 90 dias. O restante, nos doze meses seguintes.

Já a companhia paulista, além de transferir seus ativos de Goiás, também incorporou na nova empresa dívida líquida de R$ 409,5 milhões contraídas justamente nos projetos do Centro-Oeste.

Com a transferência do passivo, a São Martinho reduzirá quase pela metade sua dívida líquida que, ao fim do terceiro trimestre da safra 2009/10, era de R$ 953 milhões.A São Martinho ficará com as duas usinas paulistas (São Martinho e Iracemápolis), que juntas moem 11 milhões de toneladas.

Na safra passada, a Boa Vista moeu 2,1 milhões de toneladas de cana e produziu 190 milhões de litros de etanol. Em condições de mercado, a PBio terá direito de preferência na compra de até 49% da produção de etanol e de energia da nova sociedade. A gestão também será compartilhada. O diretor-presidente e o de operações da Nova Fronteira serão indicados pela São Martinho e as diretorias financeira e administrativa, pela PBio.Esta já é a terceira incursão da Petrobras na produção de etanol.

Em dezembro passado, comprou 40,4% da usina Total (MG), por R$ 150 milhões e, segundo Rossetto, estão sendo feitos investimentos para dobrar a produção dessa unidade para 200 milhões de litros por safra. No fim de abril, também comprou 45% da Açúcar Guarani por R$ 1,6 bilhão que serão aplicados nos próximos cinco anos.

Com as três parcerias, a Petrobras soma processamento de 24 milhões de toneladas e produção de 890 milhões de litros de etanol, volume que deve atingir 2,6 bilhões de litros até 2014, segundo o novo plano da estatal, que até lá pretende ter entre 4% e 5% do etanol produzido no país

Moagem de cana aumenta 21,1% na região Centro-Sul

A moagem de cana do Centro Sul do Brasil na safra 2010/11 atingiu 134,3 milhões de toneladas até 1 o de junho, 21,1% mais do que no mesmo período do ciclo anterior, em meio a “condições climáticas excepcionais” em maio, informou ontem a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Mas, segundo a Unica, o clima mais seco afetou o desenvolvimento de parte do canavial e pode reduzir o volume de cana no último terço da safra.

Na segunda quinzena de maio, a moagem de cana da região, responsável por cerca de 90% da produção brasileira, totalizou 40,42 milhões de toneladas, alta de 9,19% relação ao mesmo período da safra anterior.

Do total de cana processada até 31 de maio, 42,72% foram destinados à produção de açúcar e 57,28% ao etanol, contra 40,15% e 59,85%, respectivamente em 2009/10. A produção de açúcar até 1 o de junho chegou a 6,7 milhões de toneladas, contra 5,1 milhões em 2009/10.

Conforme Antonio de Pádua Rodrigues, diretor-técnico da Unica, o fato de muitas empresas terem assumido compromissos de entrega para esse primeiro terço da safra explica esse cenário. “Além disso, estamos vivendo um período de elevada

procura no mercado mundial de açúcar e o Brasil é um dos poucos países que pode atender a essa demanda".

Segundo a Unica, a produção de etanol avançou 17,6% até 1o de junho, para 5,5 bilhões de litros, contra 4,7 bilhões no mesmo período da safra passada. Desse total, 4,2 bilhões de litros foram de etanol hidratado e 1,3 bilhão de anidro

Canaviais preferem antigos pastos, aponta a Conab – Fabiana Batista – Valor Econômico – Agronegócios – 30 de junho de 2010

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresentou ontem um amplo mapeamento da atividade sucroalcooleira em todo o país. A despeito de se tratar da safra 2008/09 e de trazer, portanto, dados que tiveram expressivas mudanças no último ano—como a concentração de mercado —, o estudo traça um completo perfil da atividade industrial, que abrange desde a origem da matéria-prima até o mix de produção das usinas, passando por indicadores da atividade agrícola por Estado, incluindo produtividade.

Entre as informações destacadas pela Conab está a que mostra quais as atividades foram substituídas pelo cultivo da cana na temporada 2008/09. O mapeamento mostra que no Centro-Sul a cultura ocupou principalmente áreas de pasto (79%), seguidas por área de soja, milho e laranja. Confirma, ainda, que foi em São Paulo onde se concentrou o crescimento de área cultivada. Dos 414,605 mil hectares de cana expandidos na safra 2008/09 em todo país, 194 mil foram nesse Estado. O segundo maior em crescimento foi Minas Gerais, com 75,5 mil hectares, seguido de Goiás e Mato Grosso do Sul. Nas regiões Norte e Nordeste, a cana avançou em 33,839 mil hectares, sendo 20,709 mil hectares em área de pasto e em 1,977 mil hectares em áreas novas, sendo a maior parte delas (1,447 mil hectares) no Maranhão. No Amazonas não houve nenhum cultivo.

O levantamento confirma São Paulo como o Estado de maior área cultivada com cana (4,6 milhões de hectares), seguido por Minas Gerais (715 mil hectares).No Nordeste, Alagoas tem a maior área (483 mil hectares).Mais em www.conab.gov.br

Biodiesel

Demanda por biodiesel leva MT a exportar menos óleo de soja – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – 04/06/2010

Cotação internacional subiu 14%, mas Estado vendeu volume 75% menor em quatro meses

Produção local de biodiesel saltou de 15 mil metros cúbicos em 2007 para 332 mil metros cúbicos em 2009

Apesar de um aumento de 14% na cotação internacional do óleo de soja, Mato Grosso registrou queda de 75% no volume de exportações do produto no primeiro quadrimestre de 2010.

Dados do Ministério do Desenvolvimento mostram que o Estado exportou 31 mil toneladas do produto nos primeiros quatro meses do ano. Em 2009, no mesmo período, 123 mil toneladas haviam sido vendidas ao exterior.

Segundo a Fiemt (Federação das Indústrias de MT), o principal motivo da queda nas exportações é o aumento da demanda interna para a produção de biodiesel.

"Esse é um sinal da mudança da matriz econômica de Mato Grosso, ou seja, estamos agregando mais valor à soja produzida aqui", afirma o presidente da Fiemt, Jandir José Milan.

De 2007 a 2009, a produção local de biodiesel saltou de 15 mil metros cúbicos para 332 mil metros cúbicos, diz o Sindibio, sindicato que representa o setor no Estado.

A entidade prevê que a produção vai superar os 500 mil metros cúbicos em 2010.

No último leilão da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), 25% dos 600 mil metros cúbicos arrematados foram ofertados por empresas de Mato Grosso -a maior fatia entre os 13 Estados que participaram.

O volume comercializado, segundo a ANP, tem o propósito de atender a resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) que determinou a adição de um percentual mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final.

Segundo o presidente do Sindibio, Sílvio Rangel, o Estado tem 27 usinas de biodiesel inscritas na Secretaria da Fazenda, das quais 21 com registro na ANP. Destas, 16 estão em operação, utilizando como matéria-prima os óleos de soja (90%), caroço de algodão e gordura animal.

"O interessante do aproveitamento da soja é que são duas cadeias de produção gerando emprego e renda: a produção de combustíveis e o aproveitamento do farelo como ração animal para frango e suínos", afirma Rangel.

O farelo é um dos subprodutos do esmagamento da soja. Em 2010, o volume de exportações do produto é 22% maior do que no mesmo período do ano passado.

Banco enxerga em algas uma alternativa de matéria-prima com grande potencial – Valor Econômico – Agronegócios – 21 de junho de 2010

A produção de biodiesel a partir de algas, uma iniciativa ainda em fase de pesquisa, é tratada pelos técnicos do BNDES como a mais promissora alternativa para o segmento no longo prazo.

"A expectativa em relação a esse biodiesel é enorme", diz o estudo do banco (ver acima), ressaltando que, além de "supostamente" o biodiesel de algas ser mais produtivo do que qualquer cultura vegetal, as algas absorvem gás carbônico (CO_2), crescem rápida e exponencialmente, podem ser cultivadas em espaços pequenos — piscinas e lagoas, por exemplo — e não são utilizadas, em geral, como alimentos. Mas André do Amaral Mendes, um dos autores do trabalho, ressalva que, dado o estágio das pesquisas, as algas neste momento são apenas "uma promessa, uma alternativa para o futuro".

Quanto ao problema do excesso de capacidade produtiva destacado pelo trabalho, os técnicos do BNDES apresentam três cenários para o comportamento futuro da produção e demanda. No primeiro, a mistura de biodiesel ao diesel mineral é mantida nos 5% e não haveria o fechamento de nenhuma das plantas 63 plantas autorizadas a operar até novembro do ano passado. Nesse cenário, com uma estimativa de aumento da demanda de 3,6% ao ano a partir de 2011, até 2018 ainda haveria capacidade ociosa, o que poderia estimular uma consolidação na área.

No segundo cenário, a legislação determinaria o aumento da mistura para B6 em 2011 e B7 em 2012, com o crescimento da demanda estabilizando-se em 3,6% a partir de 2013. Aqui, a capacidade ociosa seria menor e os autores prevêem que a partir de 2016 haveria necessidade de investimentos em novas plantas. Na terceira alternativa, o percentual da mistura chegaria a B8 em 2013, permitindo a eliminação do excesso de capacidade já entre 2014 e 2015.

Nos dois últimos cenários seria necessário um pronunciamento dos fabricantes de veículos sobre o comportamento dos motores com as novas misturas. Mendes ressaltou que até agora as montadoras só chancelaram a mistura B5.

Também não foi levada em conta a possibilidade de exportação de biodiesel. Por enquanto, essa alternativa é considerada muito remota diante das barreiras técnicas impostas pelos países europeus, principais usuários de diesel, como forma de proteger seus próprios produtores. Para o futuro, quando o Brasil tornar-se exportador de diesel — após a construção das grandes refinarias da Petrobras no Nordeste — o país poderia exportar a mistura pronta.

POLÍTICA NACIONAL DE AGROBIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

Consumo de energia das famílias cresce mais que o previsto – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Mercado – 01/06/2010

Com mais renda e crédito, consumidores compram e mantêm mais aparelhos ligados

O consumo de energia elétrica entre as famílias subiu acima do previsto nos primeiros quatros meses de 2010, segundo o mais recente relatório da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).
De acordo com o balanço, o consumo residencial -que absorve cerca de 25% da carga disponível no país- atingiu 36,4 mil GWh, nível 2,1% acima da estimativa inicial. Foi o único segmento de consumo a superar a previsão de aumento da demanda estimada pela estatal. Consumidores comerciais e industriais ficaram dentro da meta.
O crescimento vai exigir ajuste na metodologia para estimativas de demanda, mas não implicará alterações no plano de expansão da oferta de energia.
De acordo com Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, altas temperaturas no verão e o avanço do Programa Luz Para Todos explicam esse aumento do consumo. Com a redução do desemprego, a obtenção de renda e o acesso ao crédito, velhos e novos consumidores de energia puderam ampliar o número de aparelhos ligados.
Numa casa simples, em Mairiporã (SP), Cleidinaldo Roberto Daniel é exemplo disso. O consumo da família cresceu com a instalação de um segundo refrigerador e as três novas TVs nos quartos, além do aparelho da sala.
"A conta era de R$ 70. Hoje, já passou para R$ 120."
Perto dali, a concessionária Elektro instalava ontem nova rede de energia. O trabalho é parte da universalização do serviço, que hoje já alcança 98% dos brasileiros.

Com Mandú, Guarani vai elevar produção de álcool – Valor Econômico – Agronegócios – 01/06/2010

Para Jacyr Costa Filho, presidente da Guarani, grupo será consolidador no setor que ainda passa por negociações

Primeiro investimento com recursos da Petrobras, a compra da usina Mandú deve elevar já nesta safra a participação do etanol no mix de produção da Açúcar Guarani. Com capacidade de moagem de 3,5 milhões de toneladas, a Mandú destina 60% do seu caldo da cana para produção de etanol, que deve chegar a 175 milhões de litros. A Guarani previa neste ciclo moer 17,2 milhões de toneladas, porém, com o mix inverso, de 60% destinados ao açúcar e 40% para etanol.

"Mas com a Mandú vamos elevar esse percentual e ficar mais próximos do equilíbrio entre os dois produtos", disse Jacyr Costa Filho, presidente da Açúcar Guarani. Com a aquisição, a companhia elevará sua capacidade de moagem para 20,6 milhões de toneladas por ano.

Menos de um mês após o anúncio da parceria, a Petrobras injetou R$ 682 milhões, de um total de R$ 1,6 bilhão que serão aportados ao longo dos próximos cinco anos. Do total da primeira parcela, a Guarani desembolsou R$ 345 milhões para assumir o controle integral da Mandú, localizada no noroeste de São Paulo. A região é a mesma onde estão instaladas as outras seis unidades que a Guarani tem no Brasil. A ideia é que essa proximidade entre as unidades gere um ganho de sinergia importante para o grupo, com objetivo de redução de custos da operação.

Com a aquisição da Mandú, a Guarani assume também uma dívida de R$ 255,5 milhões. Segundo Costa Filho, ainda está sendo avaliada qual será a melhor solução para o destino desse passivo. Para o executivo, ele poderá ser parcialmente amortizado pelo grupo ou então alongado por um período maior.

O restante dos recursos aportados pela Petrobras não está "carimbado" para um projeto específico. "Com todo esse investimento, a Guarani vai participar como consolidadora do setor", afirma Costa Filho.

Além do projeto de cogeração que irá triplicar a atual produção de energia da companhia - apenas a Mandú vai co gerar 12 MW de energia nesta safra -, a Guarani deve investir a partir deste ano, segundo Costa, para aumentar a capacidade de processamento de três usinas já existentes: a Tanabi, a recém-adquirida Usina Vertente e a São José. "Vamos adicionar uma capacidade importante com esse projeto", disse.

A presença da Petrobras Biocombustíveis - que, ao fim de cinco anos, deterá 45,7% da Guarani -, é um dos motivos que justifica a maior atenção ao etanol. O plano da Guarani de ampliar o produto "energia" em seu portfólio tradicionalmente açucareiro também integra a estratégia de transferência de ativos da francesa Tereos para o país. A empresa definiu que a relação de troca será de uma ação da Guarani para uma da Tereos, mas a decisão passará por assembléia de acionistas. **(FB, com colaboração de Alexandre Inácio, de São Paulo)**

Produtor rural já vende energia elétrica – José Maschio – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010

Com o uso biodigestores que aproveitam a biomassa residual, empresários rurais viram fornecedores de energia.

Dejetos de animais ou sobras de cultura viram energia, ajudando a ampliar o modelo energético do país

JOSÉ MASCHIO ENVIADO ESPECIAL A SÃO MIGUEL DO IGUAÇU (PR)

Uma resolução normativa da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que passou quase despercebida quando foi regulamentada, em dezembro de 2009, transformou produtores rurais de consumidores a vendedores de energia elétrica. Isso é possível a partir da construção de biodigestores em suas propriedades que permitam o aproveitamento da biomassa residual -ou seja, de todo tipo de dejeto animal ou sobras de cultura.A resolução da Aneel, de 15 de dezembro de 2009, permite que qualquer distribuidora de energia elétrica pode fazer chamadas públicas

para comprar eletricidade produzida por biodigestores. É a chamada geração distribuída, que amplia o modelo energético brasileiro."O modelo brasileiro sempre foi geração, transmissão e distribuição. Agora, com a resolução, o micro, o pequeno e o médio produtor viram agentes geradores", diz Cicero Bley Jr., coordenador de energias renováveis do Parque Tecnológico Itaipu, da Itaipu Binacional.

Desde 2006, Itaipu trabalhava no programa de geração distribuída e foi em uma granja de São Miguel do Iguaçu (615 km de Curitiba) que o programa mostrou sua viabilidade técnica.Durante 2008, José Carlos Colombari, 46, e o filho Pedro Antônio, 18, geraram energia elétrica a partir do biogás para a Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) em caráter experimental.Superados os receios sobre a qualidade da energia gerada diretamente para as linhas de distribuição, a Copel passou a pagar, na modalidade de chamada pública, a energia gerada pelos Colombari. Desde fevereiro do ano passado, a maior despesa mensal fixa da granja virou renda para a família.

Neste ano, Colombari aumentou seu plantel de suínos de 3.000 cabeças (por ciclo de engorda de 120 dias) para 5.000 cabeças, basicamente pensando na venda de energia.

"A energia virou um negócio, não mais um insumo."Como subproduto do biogás, os Colombari deixaram de comprar o equivalente a R$ 40 mil em fertilizantes químicos (a fórmula NPK), que foram substituídos pelo biofertilizante obtido a partir da biomassa residual depois de separada do gás metano.O sucesso dos Colombari levou a Cooperativa Agroindustrial Lar, de Medianeira (PR), a implantar três projetos, que hoje já vendem energia excedente à Copel.Os biodigestores da cooperativa aproveitam biomassa residual de uma unidade produtora de leitões e das unidades industriais de aves e vegetais.

Já no município de Céu Azul (PR), a fazenda Starmilk, que produz 30 mil litros de leite por dia, aderiu à geração distribuída produzindo energia elétrica a partir dos dejetos da pecuária leiteira.O biogás para gerar energia elétrica também tem sua versão urbana em Foz do Iguaçu, onde a Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) implantou o sistema em uma estação de tratamento de esgoto na cidade.

Vinhoto tem potencial para superar açúcar – Folha de São Paulo – Mercado – 05/06/2010

DO ENVIADO A SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Se os dejetos da produção animal já são realidade na produção de energia, ainda que em escala diminuta, o Brasil ainda joga no solo seu produto mais valioso para a obtenção de biogás. É o vinhoto, hoje subproduto na produção de açúcar e etanol.A Unica(União da Indústria de Cana-de-açúcar) tem estudos que indicam que a produção de energia elétrica pode se tornar o segundo negócio do setor sucroalcooleiro, atrás apenas do etanol.Experiências na usina São Martinho, em Pradópolis (São Paulo), mostram que, em um processo de biodigestão contínua, é possível capturar o biogás do vinhoto e utilizá-lo como combustível. O uso do vinhoto para a produção de biogás não interfere na qualidade, em termos de adubação, do biofertilizante (subproduto do processo) em relação ao vinhoto que hoje é jogado diretamente do solo.

Etanol glorifica Lula, mas hesita na sucessão – Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Brasil – 09/06/2010

Bem tratado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o setor produtor de álcool foi disputado na noite de segunda-feira pelos três principais pré-candidatos à Presidência da República na entrega de prêmio promovido pela Unica, uma das maiores entidades de classe de açúcar e de álcool do país. O empresariado do etanol glorifica Lula. O presidente é chamado de "garoto-propaganda" do etanol e de "caixeiro-viajante" do combustível. Nos anos Lula, o setor obteve mais financiamento dos bancos públicos, especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ganhou espaço na política externa do país, a produção foi recorde e os usineiros viraram "heróis" na voz do presidente petista.

O apoio à pré-candidata do presidente, Dilma Rousseff, portanto, tenderia a ser mais fácil, mas ninguém se arrisca diante dos resultados das últimas pesquisas, que mostram empate entre Dilma e o tucano José Serra. O setor é um contribuinte habitual de campanhas eleitorais. "Acho que a briga vai ser boa. O setor deve muito ao presidente Lula, mas o Serra sempre nos atendeu, fizemos um acordo com ele na área ambiental", disse José Roberto Della Coletta, dono de usina que leva seu sobrenome em Bariri, interior de São Paulo.

"O setor está dividido. Já ouvi que não tem como não ajudar o Lula, mas outros vão ajudar o Serra", afirmou o deputado federal Milton Monti (PR-SP), parlamentar que costuma defender demandas de usineiros. "Sou amigo de ambos", limita-se a dizer um usineiro de peso no país.

Para o presidente do Sindicato dos Fabricantes de Etanol de Goiás (Sifaeg), André Rocha, o setor tem gratidão a Lula, citando que mais de cem usinas novas foram instaladas a partir de 2006, com uma produção de álcool correspondente a um terço da produção nacional. Rocha lembra que o governo tucano de São Paulo reduziu o ICMS do combustível para 12%, na gestão de Geraldo Alckmin. "É inegável o quanto presidente Lula fez para o setor, mas não temos posição política", afirmou Luiz Custódio Costa Martins, presidente do Sindaçúcar e do Siamig, sindicatos que representam a indústria de açúcar e álcool de Minas Gerais. Dono de usina na zona da mata de mineira, Martins conta que antes de ser reeleito, em 2006, Lula reuniu-se com representantes do segmento e prometeu que o governo teria uma política integrada entre diferente órgãos do governo, como os ministérios de Minas e Energia, Relações Exteriores e Desenvolvimento. "Entre Lula e FHC não tem conversa", disse Custódio.

"O Lula controlou o PT. Agora, o receio é que a Dilma seja controlada pelo PT", disse o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), outro braço dos produtores de etanol no Congresso. Aliado a Serra, o deputado do PPS se refere ao que chama de "insegurança jurídica" associada à Dilma, pois prevê mais invasões de terra e aumento do intervencionismo estatal na economia caso ela seja eleita.

Na pauta dos produtores, aparecem a mudança na legislação que fixa como reserva legal o equivalente a 20% da área plantada e a instituição de um padrão de álcool para que o combustível possa se tornar uma commodity. Parte dos usineiros também defende a fixação de uma banda de preços mínimos com a garantia do governo em caso de queda de cotação. Durante o evento, o presidente da Orpla (organização que reúne os fornecedores de cana), Ismael Perina, reclamou dos níveis baixos do preço, pediu juro zero para financiamento na compra de máquinas e equipamentos. Perina disse ser "intolerável a complacência" das autoridades com as invasões de terra e criticou os parâmetros para definir trabalho análogo ao escravo.

Segundo o presidente da entidade, predomina "a subjetividade" nas fiscalizações do Ministério do Trabalho.

No discurso aos produtores, Serra prometeu repetir a iniciativa paulista de baixar o ICMS em todo o país. Dilma também falou em unificar a alíquota do imposto sobre o álcool nacionalmente. Marina se colocou a favor de impostos menores ao segmento, mas disse ser necessário "sair da propaganda" e "criar uma nova narrativa para os nossos produtos" com valores éticos, sociais e ambientais. **(APG)**

Biodiesel

Biocombustíveis: novas oportunidades serão discutidas na Paraíba – MAPA – 04/06/2010

Brasília (4.6.2010) - Novas oportunidades para produção de biocombustíveis no Brasil e também nos Estados Unidos serão discutidas no *1º Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas – Inclusão Social e Energia* e no *4º Congresso Brasileiro de Mamona*, de 7 a 10 de junho, em João Pessoa/PB. Os eventos, que acontecem simultaneamente, são realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) unidades Algodão e Agroenergia, em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca da Paraíba.

O pesquisador da Embrapa, César Miranda, fará uma palestra sobre a relação Brasil e Estados Unidos no setor. Ele desenvolve suas atividades no Laboratório Virtual da Embrapa (Labex), daquele país. "Nos EUA, a soja ainda responde por cerca de 70% da matéria-prima para biodiesel, seguido pela canola. Existem, também, outras oleaginosas para exploração, como amendoim, crambe e camelina, embora limitadas a algumas regiões específicas", explica Miranda. Segundo ele, fontes crescentes são as gorduras animais e óleo de fritura, com várias redes de restaurantes *fast-food* aderindo ao processo.

Futuro - Miranda ressalta, ainda, que no momento, tem sido noticiada oportunidade de produção direta de biodiesel a partir de açúcares básicos, com empresas montando estruturas para produção do biocombustível a partir de caldo de cana-de-açúcar. "Isso abre possibilidade de futuras parcerias com o Brasil, já que é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo", finaliza. (*Sophia Gebrim, com informações da Embrapa*)

Demanda por biodiesel leva MT a exportar menos óleo de soja – Rodrigo Vargas - Folha de São Paulo – Mercado – 04/06/2010

Cotação internacional subiu 14%, mas Estado vendeu volume 75% menor em quatro meses .Produção local de biodiesel saltou de 15 mil metros cúbicos em 2007 para 332 mil metros cúbicos em 2009 RODRIGO VARGAS DE CUIABÁ

Apesar de um aumento de 14% na cotação internacional do óleo de soja, Mato Grosso registrou queda de 75% no volume de exportações do produto no primeiro quadrimestre de 2010.Dados do Ministério do Desenvolvimento mostram que o Estado exportou 31 mil toneladas do produto nos primeiros quatro meses do ano.

Em 2009, no mesmo período, 123 mil toneladas haviam sido vendidas ao exterior.Segundo a Fiemt (Federação das Indústrias de MT), o principal motivo da queda nas exportações é o aumento da demanda interna para a produção de biodiesel."Esse é um sinal da mudança da matriz econômica de Mato Grosso, ou seja,

estamos agregando mais valor à soja produzida aqui", afirma o presidente da Fiemt, Jandir José Milan.

De 2007 a 2009, a produção local de biodiesel saltou de 15 mil metros cúbicos para 332 mil metros cúbicos, diz o Sindibio, sindicato que representa o setor no Estado.A entidade prevê que a produção vai superar os 500 mil metros cúbicos em 2010.No último leilão da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), 25% dos 600 mil metros cúbicos arrematados foram ofertados por empresas de Mato Grosso -a maior fatia entre os 13 Estados que participaram.

O volume comercializado, segundo a ANP, tem o propósito de atender a resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) que determinou a adição de um percentual mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final.Segundo o presidente do Sindibio, Sílvio Rangel, o Estado tem 27 usinas de biodiesel inscritas na Secretaria da Fazenda, das quais 21 com registro na ANP. Destas, 16 estão em operação, utilizando como matéria-prima os óleos de soja (90%), caroço de algodão e gordura animal.

"O interessante do aproveitamento da soja é que são duas cadeias de produção gerando emprego e renda: a produção de combustíveis e o aproveitamento do farelo como ração animal para frango e suínos", afirma Rangel.O farelo é um dos subprodutos do esmagamento da soja. Em 2010, o volume de exportações do produto é 22% maior do que no mesmo período do ano passado.

No Congresso da Mamona, MDA mostra avanços da agricultura familiar na cadeia do biodiesel – MDA – 09/06/2010

O coordenador de Biocombustíveis da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Marco Antonio Leite, disse, durante palestra no terceiro dia do 4º Congresso Brasileiro de Mamona, em João Pessoa (PB), que "a mamona vive seu melhor momento".

Na manhã desta quarta-feira, 9, o coordenador apresentou o tema Inserção da Agricultura Familiar na Produção de Oleaginosas para Biodiesel – caso da mamona. Segundo Leite, as aquisições das empresas (em reais) em mamona deram um salto de cerca de R$ 3 milhões (em 2007) para R$ 27 milhões (em 2009). E a perspectiva para 2010 é de aquisições que totalizem R$ 48 milhões. Quanto aos hectares plantados, também houve um expressivo aumento de 8 mil hectares (em 2007) para 46 mil hectares (em 2009). A expectativa para este ano é de que a mamona seja cultivada em 72 mil hectares. “São números importantes que começam a moldar uma realidade e apontam para a inclusão social”, reforçou.

Em 2005, início do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), a saca de 60 quilos de mamona era comercializada a R$ 32,00. Em 2010, este valor é de R$ 72,00. “Isso é por conta do PNPB. Hoje, existe uma cadeia melhor organizada. Mas ainda há muitos desafios”, disse Leite.

O coordenador também destacou o trabalho do MDA na concessão do Selo Combustível Social. Hoje, das 47 usinas produtoras de biodiesel, 31 possuem o Selo que, segundo Leite, é auditado, fiscalizado constantemente pelo Ministério. “A inclusão social é nosso maior foco. E o MDA vem fiscalizando se as empresas têm

cumprido as exigências", afirmou.

Para 2010, a perspectiva é de que cerca de que 100 mil famílias estejam participando do PNPB em todo o País. Em termos de aquisições da agricultura familiar em todo o Brasil, em 2006, totalizaram R$ 68 milhões. Em 2009, foram R$ 677 milhões e, para 2010, estima-se alcançar a soma de R$ 1,2 bilhão.

Segundo Leite, mais de 40 assentamentos produzem mamona e, atualmente, mais de 1.200 técnicos estão diretamente ligados ao PNPB.

Desafio

"O desafio para o Nordeste/Semiárido e o Centro-Oeste é a gestão", diz o coordenador. Leite explicou que será contratada uma empresa ainda este ano para qualificar as cooperativas. O objetivo é melhorar o sistema de gestão das cooperativas já existentes e criá-las onde não existem.

O número de cooperativas de agricultores familiares que realizam vendas para as empresas de biodiesel que têm o Selo Combustível Social cresceu significativamente de quatro cooperativas, em 2006, para 42 cooperativas (em 2009). Para o coordenador, o cooperativismo é a "mola propulsora", já que participa na relação com os contratos, nos financiamentos, no volume e escala de produção, na agregação de valor, entre outros. Hoje, 22% dos agricultores familiares na produção de matéria prima para o biodiesel estão no Nordeste e 76% estão na região Sul do País. "Estimamos que até 2012, cerca de 60% das compras de matéria prima venham das cooperativas".

Estudo

O coordenador do MDA também apresentou um estudo realizado em 2008, em parceria com a cooperação técnica alemã GTZ. Na pesquisa, 54% dos agricultores familiares entrevistados recebiam o Bolsa Família, programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). "Isso mostra a inclusão social", diz

Além disso, 80% dos agricultores consideraram os serviços de Assistência Técnica prestados pelas empresas de biodiesel entre boa e regular. Já com relação a diversificação de culturas, 81% das famílias plantaram mamona em consórcio com outras culturas, principalmente feijão e milho. "Isso mostra que estamos produzindo alimento e energia", destacou Leite.

Gargalos do biodiesel preocupam BNDES – Chico Santos – Valor Econômico – Agronegócios – 21 de junho de 2010

Estudo do BNDES realizado pelo economista André Pompeo do Amaral Mendes e pelo engenheiro Ricardo Cunha da Costa mostra que o programa brasileiro do biodiesel, criado em janeiro de 2005, está em uma encruzilhada econômica e tecnológica.

Obtido com exclusividade pelo Valor e baseado em dados de 2009, o trabalho aponta que, com capacidade instalada anual de 4,45 milhões de metros cúbicos (m3) e demanda de 1,53 milhão de m3, o segmento utiliza apenas34% dessa capacidade para produzir o chamado B5 — biodiesel para adicionar ao diesel mineral na proporção de

5%. Ao mesmo tempo, 75% da produção utiliza a soja como matéria-prima, um vegetal de baixo teor de oleosidade (17%) e fortemente integrado à cadeia alimentar, o que o torna suscetível a pressões "altistas" sobre os preços.

Nesse cenário, os dois autores, que acompanharam o programa do biodiesel desde a sua formulação até o início deste ano, prevêem, com base em um crescimento vegetativo da demanda de 3,6% ao ano, que a sobre capacidade instalada permanecerá até 2018 caso não aconteça nenhum movimento que possa aumentar a velocidade do aumento da demanda. Eles consideram essencial o investimento em matérias primas alternativas à soja, mais eficientes e que não sejam atreladas à cadeia alimentar.

Os técnicos do BNDES também consideram que o programa apresenta pelo menos três grandes pontos positivos que asseguram a sua sobrevivência: o aspecto social, caracterizado pelo fato de ser intensivo em mão de obra (na produção de matérias-primas) e poder ser produzido a partir de várias oleaginosas, possibilitando o desenvolvimento agrícola em regiões menos favorecidas, como o semi-árido nordestino.

Ainda do ponto de vista socioeconômico, o biodiesel pode ser um importante veículo de desenvolvimento regional, uma vez que, dada a diversidade de matérias-primas possíveis, pode ser produzido em qualquer região do país. O outro aspecto positivo é o ambiental. A adição do biodiesel ao diesel mineral torna o combustível básico do transporte de cargas e passageiros no Brasil menos poluente.

"O problema é bastante complexo.O governo tentou apostar em uma alternativa a combustível em grande parte importado e muito importante na matriz energética do país", disse Cunha, ressaltando que o projeto apresentou dificuldades para ser colocado em prática. Em relação às matérias-primas, por exemplo, a mamona, uma aposta do governo Lula para estimular a agricultura familiar, mostrou que, pelo excesso de viscosidade do óleo que gera, só pode ser usada a contento em mistura a 30%.

A possibilidade de verticalização do processo produtivo e a facilidade de obtenção acabou levando a maior parte dos produtores para o uso da soja como matéria-prima. "A soja é mais estruturada, mas não é a matéria prima ideal", explica Cunha. Para ele, além dos reflexos já citados, o óleo de soja é mais caro do que o diesel mineral. Ou seja, quanto mais biodiesel de soja adicionado ao diesel, mais cara fica a mistura para o consumidor final.

O estudo vê duas alternativas importantes ao uso da soja, ambas ainda carecendo de pesquisas para serem utilizadas. O pinhão manso, que como a mamona também é um produto adaptável ao semi-árido nordestino, tem produtividade elevada — 1,5 a 2 toneladas por hectare, contra 0,2 a 0,4 da soja e só inferior ao dendê (3 a 6 t toneladas por hectare) — e utiliza intensivamente mão de obra (a colheita é manual), além de ter baixo custo de implementação e manutenção da cultura.

"Apesar das qualidades do pinhão manso, pouco se sabe sobre a cultura, as resistências a doenças e pragas e as áreas mais adequadas para o plantio, além do fato de que há um período inicial de dois a três anos de baixa produtividade. Isso significa que há elevada necessidade de capital de giro no início da atividade", afirma o estudo. A demora para atingir o pico de produção e produtividade (oito anos) é também um obstáculo ao uso intensivo do óleo de dendê, produto que, como o pinhão-manso, uma vez em produção, tem safra permanentemente

Texto do Planejamento questiona viabilidade do programa – Valor Econômico – Agronegócios – 21 de junho de 2010

Lançado com grande pompa no fim de 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel é considerado, por integrantes do próprio governo, economicamente inviável.Feita pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, essa avaliação foi publicada na quarta-feira da semana passada no site do "Portal do Planejamento" e retirada dois dias depois, junto com uma série de avaliações críticas sobre políticas públicas do governo Lula.O texto da SPI é demolidor.

Diz que, dados os elevados preços atuais e previstos para a maior parte das matérias-primas, a produção de biodiesel exigirá subsídios para que seja competitivo em preço com o diesel mineral.Os técnicos são particularmente céticos quanto à viabilidade de produção na região Norte.Lá, diz a SPI, utiliza-se o óleo dendê de palma para produzir biodiesel. O problema é que o sistema fundiário é "caótico", a infraestrutura é "deficiente", a legislação ambiental é "restritiva", o mercado consumidor está distante dos locais de produção e a logística também é "deficiente"."O custo de implantação da lavoura é alto e é longa a maturação do investimento: 4 a 6 anos", informa o documento.

Outros obstáculos são mencionados.Um deles refere-se ao fato de que o biodiesel produzido a partir do óleo de dendê solidifica em baixas temperaturas, "restringindo sua utilização a regiões de clima tropical".Há problemas também no biodiesel fabricado a partir da mamona cultivada na região Nordeste. Uma das deficiências é o elevada patamar do preço do óleo de mamona, face ao do óleo de soja. A oferta do produto, avaliam os técnicos do governo, teria que ter grande incremento para forçar uma redução nas cotações aos níveis do preço da soja. Ocorre que o óleo de mamona é usado de várias maneiras em produtos das indústrias química e farmacêutica."A cadeia produtiva é deficiente (está ainda em formação) e os custos de transporte da mamona são altos, especialmente quando as empresas esmagadoras se encontram distantes do local de produção devido à baixa densidade dos frutos", afirma o diagnóstico da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Os técnicos informam que as políticas de preços mínimos e os contratos de longo prazo adotados não funcionam com eficácia."A insegurança dos produtores vem da grande instabilidade do preço da saca de mamona, os ainda tímidos investimentos privados em fábricas de biodiesel nessa região [Nordeste] e de eventual excesso de oferta, além da competitividade com outras oleaginosas, entre outros fatores", observa o documento, que acrescenta, ainda, que a produtividade no Nordeste é baixa. "A cultura da mamona também promove a erosão, por não propiciar adequada cobertura do solo", afirma o diagnóstico.

No caso da soja, o texto diz que, embora haja potencial para produzir o óleo necessário para a mistura de 5% à gasolina, prevista em lei, o "ambiente de incertezas, combinado com a insuficiência de incentivos fiscais, sugere sérias dificuldades para a ocupação da capacidade instalada dos projetos em curso, o que se refletirá em maiores dificuldades para fomentar a implantação de novos".

O documento expõe também as dificuldades de acesso do biodiesel brasileiro ao mercado internacional, graças ao protecionismo principalmente dos países ricos, e um problema não resolvido que atrapalha a aceitação do produto: em regiões de clima muito frio, a viscosidade do biodiesel aumenta, podendo formar pequenos cristais que prejudicam o funcionamento dos motores dos carros

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Europa deve investir mais em energia renovável – Gustavo Faleiros – Valor Econômico – Gestão Incerteza 3 parte – 07/06/2010

Sebastian Gallehr: investir em tecnologias de energia renovável criaria mais empregos neste momento de crise e garantiria a liderança neste mercado

A Europa, por anos foi considerada a potência das energias renováveis, o lugar no mundo em que as inovações para um futuro sustentável de fato iriam ocorrer. Mas esta liderança está em jogo e o bloco não passa apenas por uma crise econômica, mas também por uma crise de identidade. Será possível mesmo ao velho continente manter sua prosperidade e ao mesmo tempo alcançar uma economia de baixo carbono?

Para o consultor Jonathan Gaventa, da E3G, um think tank com escritórios em Londres e Bruxelas, a União Européia, não apenas pode conseguir um futuro com menos uso de combustíveis fósseis como deve fazê-lo. O argumento é simples: investir em tecnologias de energia renovável criaria mais empregos neste momento de aperto e garantiria a liderança da região neste mercado. "O custo para reduzir emissões e aumentar a eficiência energética é bastante similar ao de se investir em formas tradicionais de geração", diz.

Esta conclusão emergiu após a E3G ter participado de um consórcio de organizações que traçou diretrizes para uma economia de zero carbono em 2050 na Europa. Quatro cenários foram construídos para mostrar como introduzir 40%, 60%, 80% ou 100% de fontes renováveis nas próximas décadas. Segundo Gaventa, embora o custo tenha se revelado viável, ainda seria preciso uma série de novas políticas dentro do bloco.

"Nossas recomendações mostram que precisamos de novas regulações em três pontos. Primeiro esquemas de incentivo para energia renováveis seja tanto para implementação como para pesquisa e desenvolvimento. Segundo, adaptações na redes de distribuição de energia e nas regras de mercado para o uso destas redes. Terceiro: elevação no preço do carbono que dificulte a criação de grandes projetos de geração à base de combustíveis fósseis", explica o consultor.

As mais recentes e ambiciosas regras acordadas dentro da União Européia são conhecidas como 20 20 20, porque prevêm 20% de redução nas emissões de gases de efeito estufa mais 20% de aumento de eficiência energética até 2020. O secretário-executivo do Conselho Empresarial Europeu para Energias Renováveis, Sebastian Gallehr, pondera que, embora viáveis, as diretrizes não dão clareza sobre como serão atingidas. "Em termos de política, nada de concreto está acontecendo", analisa.

Por exemplo, sabe-se que 50% das reduções serão originadas dentro do novo período do mercado europeu de carbono (European Trade Scheme - ETS, como é conhecido), que começa em 2013 e dura até 2020. O resto das emissões ainda não está regulado. Isso é particularmente notável na indústria. Ainda não foram distribuídas dentro do bloco os direitos de emissão e Gallehr observa que essa discussão abrirá um enorme potencial de lobby de diferentes setores dentro de cada país.

Por outro lado, existem avanços domésticos nas regulamentações. A Alemanha é um bom exemplo, onde as leis já obrigam que novos empreendimento sempre tenham alguma fonte de energia renovável acoplada, como tetos com painéis solares ou geradores movidos a biogás. "Se a geração de energia descentralizada for implementada em toda a Europa junto com uma reforma da rede de distribuição temos uma grande chance de progredir", afirma Gallehr.

Outra iniciativa doméstica que promete avanços é o Compromisso de Redução de Carbono do Reino Unido. Lançado em 2009, o programa busca dar incentivos a todos os setores da iniciativa privada que não estão cobertos por metas de emissão na União Européia. Isso inclui basicamente o setor de serviços, além de moradia, escolas, bancos e hospitais. A iniciativa foi uma resposta à aprovação no parlamento britânico, em 2009, de uma lei que estipula meta de 80% da redução de carbono até 2050. Um dos alvos mais ambiciosos, e ao mesmo tempo mais polêmicos, é a obrigação de que todas as novas residências sejam neutras em carbono. "É melhor tornar as casas existentes mais eficientes do que partir para um grande plano de construção de residências carbono zero", apontou o Instituto dos Engenheiros Civis, em um dos editoriais de sua revista.

Em escala continental, a proposta que mais tem gerado discussão é se a União Européia deve passar da mencionada meta 20 20 20 para uma meta 30 30 30. Durante as negociações do clima em Copenhague, o bloco ofereceu aprofundar a redução de emissões contanto que outros países - em especial os Estados Unidos - também adotassem cortes maiores. Como isso não ocorreu, os europeus continuam apegados aos 20% em 2020. Mas agora começam a surgir propostas concretas de que o bloco deve elevar a meta sem esperar por contrapartidas.

Em recente palestra em Londres, a comissária para Ação Climática da UE, a dinamarquesa Connie Hedegaard, explicou que sua equipe está produzindo um relatório sobre os benefícios de se adotar neste momento de crise financeira uma meta mais ambiciosa. Segundo ela, com o aperto nas economias do continente, o custo de implementar 30% de fontes renováveis na matriz energética foi reduzido. Atualmente, calcula-se que seriam necessários € 71 bilhões para se alcançar 20% em 2020. Porém, defende a comissária, com apenas mais € 10 bilhões seria possível dar um salto a 30% para fontes limpas e corte de emissões da mesma magnitude.

Gallehr, do Conselho Empresarial Europeu de Energias Renováveis, concorda com a premissa de que é melhor adotar os 30% neste momento. Ele argumenta que existe dinheiro privado na União Européia que pode ser investido em novas tecnologias. "Eu tenho certeza que os recursos existem, agora esperar que as decisões facilitem estes investimentos ainda é apenas um sonho distante", brinca.

A professora da Universidade de Londres e especialista em legislação ambiental européia, Maria Lee, explica que as discussões sobre mudança climática estão demandando a maior parte da energia dos legisladores europeus e que o contexto político com dez novos membros torna a discussão ainda mais complexa. Mas ela crê que os temas caminham positivamente dentro do bloco, principalmente frente ao Tratado de Lisboa que coloca seis meses como prazo máximo para análise de propostas. "A discussão dentro da União Européia é complexa, é dinâmica, mas as leis no final são aprovadas", avalia a pesquisadora.

Mudança de clima e energia nuclear – Samuel Pinheiro Guimarães – Valor Econômico – Opinião – 11/06/2010

O Protocolo Adicional da AIEA é um instrumento contra os países onde há capacidade de desenvolvimento tecnológico

O acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera provoca o aquecimento global com catastróficas conseqüências. Correspondem a dióxido de carbono (CO2), 77% deles, resultado da queima de combustíveis fósseis para gerar energia elétrica e movimentar indústrias e veículos.

A redução das emissões de CO2 é essencial para impedir que a concentração de gases provoque o aumento de 2º C na temperatura, limiar máximo tolerável, devido ao degelo das calotas polares e ao aquecimento dos oceanos o que levaria à inundação das zonas costeiras, onde vivem cerca de 70% da população mundial.

A solução da crise ambiental depende da transformação da matriz energética, em especial das usinas de geração de eletricidade de modo a que venham a utilizar fontes "limpas" de energia. Os países que são importantes emissores de gases não têm recursos hídricos suficientes ou não têm capacidade para gerar economicamente energia eólica e solar.

Resta a energia nuclear para gerar energia elétrica em grande escala, uma vez que boa parte dos problemas ambientais e de segurança estão superados. Patrick Moore, fundador do Greenpeace, declarou: "A energia nuclear é a única grande fonte que pode substituir os combustíveis fósseis".

Das reservas de urânio, 81% se encontram em seis países. O Brasil tem a 6ª maior reserva de urânio e a estimativa é de que possa vir a deter a terceira maior. O Brasil é um dos oito países que detêm o conhecimento do ciclo completo do enriquecimento de urânio e a capacidade industrial para produzir todas as etapas do ciclo. A China e a Índia, com populações em situação de extrema pobreza, terão de instalar capacidades extraordinárias de usinas não poluentes para aumentar a oferta de energia elétrica sem aumentar suas emissões de CO2.

É urgentíssimo diminuir a emissão de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, acelerar o crescimento econômico para retirar centenas de milhões da pobreza abjeta em que vivem. Isso só é possível com a geração de energia elétrica a partir do urânio.

A deterioração das condições climáticas e fenômenos naturais extremos farão com que a urgência de medidas de reorganização econômica se imponha. Assim, o mercado internacional para urânio enriquecido será extremamente importante, caso se queira evitar catástrofes climáticas irreversíveis.

Propostas dos países nucleares, sob o pretexto de enfrentar ameaças terroristas, afetam profundamente as possibilidades de participação do Brasil nesse mercado. Essas propostas procuram concentrar nos países altamente desenvolvidos a produção de urânio enriquecido e impedir sua produção, em especial naqueles países que detêm reservas de urânio e a tecnologia de enriquecimento.

Os países nucleares procuram restringir a transferência de tecnologia, impedir o desenvolvimento autônomo de tecnologia e conhecer o que os demais países estão fazendo, sem revelar o que eles mesmos fazem. O Protocolo Adicional aos Acordos de Salvaguarda com a AIEA é um instrumento contra os países onde há capacidade de desenvolvimento tecnológico, como é o caso do Brasil. Onde não há essa capacidade o protocolo não tem nenhuma importância, nem para os que dele se beneficiam nem para aqueles que a suas obrigações se submetem.

A concordância do Brasil em assinar um Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas, que é instrumento do Tratado de Não Proliferação (TNP), permitiria que inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), sem aviso prévio, inspecionassem qualquer indústria que considerassem de interesse além das

instalações nucleares (inclusive as fábricas de ultra centrífugas) e o submarino a propulsão nuclear, e tivessem acesso a qualquer máquina, a suas partes e aos métodos de sua fabricação, ou seja, a qualquer lugar do território brasileiro, quer seja civil ou militar, para inspecioná-lo, inclusive instituições de pesquisa civis e militares. Os inspetores são formalmente funcionários da AIEA, mas, em realidade, técnicos altamente qualificados, em geral nacionais de países desenvolvidos, naturalmente imbuídos da "justiça" da existência de um oligopólio nuclear não só militar, mas também civil, e sempre prontos a colaborar não só com a AIEA, o que fazem por dever profissional, mas também com as autoridades dos países de que são nacionais.

O Protocolo Adicional e as propostas de centralização, em instalações "internacionais", da produção de urânio enriquecido são instrumentos disfarçados de revisão do TNP no seu pilar mais importante para o Brasil, que é o direito de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos. Essa foi uma das condições para o Brasil aderir ao TNP, sendo a outra o desarmamento geral, tanto nuclear como convencional, dos Estados nucleares, como dispõe o Decreto legislativo 65, de 1998.

Todavia, desde 1968, quando foi assinado o TNP, os Estados nucleares incrementaram de forma extraordinária a letalidade de suas armas nucleares e convencionais e assim, portanto, descumpriram as obrigações que assumiram ao subscrever o TNP. E agora desejam rever o Tratado para tornar sua situação ainda mais privilegiada, seu poder de arbítrio ainda maior e a situação econômica e política dos países não nucleares ainda mais vulnerável diante do exercício desse arbítrio.

Ao contrário da enorme maioria dos países que assinaram o Protocolo Adicional, o Brasil conquistou o domínio da tecnologia de todo o ciclo de enriquecimento do urânio e tem importantes reservas de urânio. Só três países - Brasil, Estados Unidos e Rússia - têm tal situação privilegiada em um mundo em que a energia nuclear terá de ser parte importante e indispensável da nova economia livre de carbono, fundamental à sobrevivência da humanidade. Aceitar o Protocolo Adicional e a internacionalização do enriquecimento de urânio seria um crime de lesa-pátria.

Samuel Pinheiro Guimarães é ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

Sanção dos EUA inclui etanol – Estado de São Paulo – Capa – 26/06/2010

A lei de sanções contra o Irã aprovada pelo Congresso americano ontem inclui pela primeira vez restrições contra venda de etanol a Teerã, em claro recado ao Brasil. Isso significa que, se a Petrobrás decidir vender etanol aos iranianos, poderá ser alvo de retaliação americana. A estatal informou que não tem planos de exportar o combustível ao Irã.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa

Apoio

CNPq actionaid FAPERJ CPNq MAO nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL